

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

|   |    |
|---|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos                               | 1  |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado                    | 9  |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos                                    | 14 |
| 5.4 - Programa de Integridade   | 18 |
| 5.5 - Alterações significativas   | 24 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 25 |

### 10. Comentários dos diretores

|  |    |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais          | 26 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro          | 46 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs                  | 47 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 50 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas                | 56 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs   | 57 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados            | 58 |
| 10.8 - Plano de Negócios                           | 59 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante     | 60 |

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos, que foi aprovada pelo seu Conselho e Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2018.

### (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos para os quais se busca proteção e que possam afetar o plano estratégico da Companhia, a fim de conduzir o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor.

#### i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Tais riscos foram classificados em 7 (sete) grupos:

- i) Riscos estratégicos: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.
- ii) Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da empresa. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.
- iii) Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).
- iv) Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- v) Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.
- vi) Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros, em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.
- vii) Riscos de conformidade (compliance): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### ii. os instrumentos utilizados para pro

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia para proteção dos riscos são compostos principalmente pelo seguinte, de acordo com a metodologia adotada:

(i) Self Assessment - Identificação de riscos, que consiste na realização de entrevistas conduzidas pela área de Controles Internos, Riscos e Conformidade com os gestores dos processos e demais áreas envolvidas.

(ii) Matriz de Riscos - Avaliação e análise dos riscos por meio de:

- Percepção dos impactos e probabilidades de ocorrência com os gestores e diretores da Companhia, classificando-os por meio de fatores qualitativos como “baixo”, “médio” ou “alto”. Os dados são posteriormente inseridos na matriz de riscos 3x3, que calcula o risco inerente;

(iii) Declaração formal de apetite a Risco: As declarações de apetite a riscos são expressas através de parâmetros quantitativos e fatores qualitativos.

(iv) Tratamento dos riscos por meio de:

- Classificação e alinhamento com a estratégia para a elaboração do plano de trabalho de controles internos nas áreas selecionadas;
- Seleção de uma ou mais opções para tratar os riscos e a posterior implementação de controles e/ou processo para acompanhamento;
- Definição de planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e monitoramento destes por meio da ferramenta de Gerenciamento de Riscos da Companhia, que encaminhará alertas de cobranças aos responsáveis;
- Fórum específico (Comitê de Auditoria) para o acompanhamento dos planos de ações e direcionamento dos trabalhos.

(v) Instrumentos de monitoramento dos riscos que afetam a Companhia por meio de:

- Indicadores que demonstram a probabilidade, impacto, tolerância, risco residual e inerente obtidos através da ferramenta de Gerenciamento de Riscos da Companhia.
- Teste de eficácia operacional dos controles internos que mitigam os riscos da Companhia, através de amostragens que são selecionadas conforme metodologia AICPA – American Institute Of CPAs (Instituto Americano de Contadores).
- Ademais, por meio de um Fórum específico (Comitê de Auditoria) é realizado o monitoramento e controle de qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos, avaliação da efetividade e andamento das ações propostas pelos gestores como forma de mitigação ou eliminação dos riscos.

Como resultado de todo o processo, a Companhia pode adotar uma das seguintes alternativas para tratamento dos riscos:

- Aceitar: aceita que o risco possa acontecer e decidirá como lidar com ele caso ocorra.
- Evitar: modificar as ações planejadas para evitar o risco.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco.
- Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco a terceiros.

O monitoramento deste processo é realizado pelo Comitê de Auditoria da Companhia. As ações de melhorias (planos de ação) são objeto de acompanhamento e acompanhamento, além de reporte às estruturas competentes em periodicidade definida.

O processo de gestão de riscos da Companhia foi definido com base na metodologia COSO, versão 2017 (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e buscando a integração com as normas ISO 9001 e ISO 31000, além de buscar a adequar a governança e gestão tecnologia da informação alinhadas ao COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*). Além disso, a Companhia utiliza critérios quantitativos e qualitativos para mensuração de impacto e probabilidade de materialização dos riscos, a fim de determinar o seu nível de exposição.

As etapas do Gerenciamento de Riscos da Companhia, em ordem cronológica de cumprimento, são as seguintes:

1) **Identificação dos Riscos:** definir o conjunto de eventos, externos e/ou internos, que possam impactar nos objetivos da Companhia, inclusive aqueles relacionados aos ativos intangíveis. Esse processo deve ser continuamente aprimorado e revisado para a atualização dos riscos da Companhia. A abordagem de identificação de riscos utilizada pela Companhia é o Self Assessment, partindo de entrevistas com os gerentes e diretores de cada linha de negócio da Companhia, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos que possam ameaçar a realização dos objetivos da linha de negócio e consequentemente da Companhia. Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente, sendo categorizados de acordo com sua natureza e origem

2) **Análise dos Riscos:** Etapa que envolve a verificação das causas e consequências dos riscos, bem como da probabilidade de concretização de referidas consequências. Os Administradores e o Conselho de Administração devem analisar os eventos de riscos por seu impacto e sua probabilidade de ocorrência, utilizando as seguintes mensurações qualitativas:

| Impacto | Descrição   |
|---------|---|
| Alto    | Consequência alta para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.  |
| Médio   | Consequência média para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia. |
| Baixo   | Consequência baixa para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia. |

| Probabilidade | Descrição  |
|---------------|--|
| Alto          | É quase certo que o risco irá acontecer              |
| Médio         | É mais provável que o risco ocorra do que não ocorra |
| Baixo         | Chance baixa que o risco ocorra                      |

3) **Avaliação dos Riscos:** Os Administradores devem avaliar os eventos de risco por seu impacto e sua

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

probabilidade de ocorrência, considerando as consequências financeiras ou de outras naturezas, quantificáveis ou não quantificáveis. O resultado da avaliação dos riscos entre probabilidade versus impacto de sua ocorrência é representado na matriz de riscos (Matriz 3x3), onde os dados de percepção dos impactos e probabilidades são inseridos na matriz que irá calcular o risco inerente, conforme demonstrado abaixo:

| R= PXI  |       | Probabilidade |       |       |
|---------|-------|---------------|-------|-------|
|         |       | Baixo         | Médio | Alto  |
| Impacto | Alto  | Médio         | Alto  | Alto  |
|         | Médio | Baixo         | Médio | Alto  |
|         | Baixo | Baixo         | Baixo | Médio |

Após identificação e avaliação de riscos, sua priorização se dará pela maior relação entre impacto e probabilidade, estabelecendo assim o grau de exposição ao risco que orientará a prioridade de acompanhamento periódico. Desta forma, a avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos da Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para minimizar os riscos mais significativos por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos da Companhia.

4) Tratamento dos Riscos: Posteriormente à avaliação de riscos, é definido o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Tratar os riscos consiste em decidir entre evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia, que é definido pelo Conselho de Administração da Companhia. Os Administradores e o Conselho de Administração devem determinar como responder aos riscos identificados e cabe à área de Controles Internos, Riscos e Conformidade apoiá-los na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos. Ademais, a aceitação de riscos residuais classificados como alto deverá ser avaliada pelo Conselho de Administração, em linha com o nível de apetite ao risco da Companhia.

5) Monitoramento dos Riscos: Cabe os Administradores, Conselho de Administração e à área de Controles Internos, Riscos e Conformidade assegurar a eficácia e adequação dos controles internos estabelecidos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gerenciamento de riscos, por meio de avaliações contínuas e imparciais. Ademais, as principais atividades de monitoramento incluem relatórios de consolidação de riscos, conciliações, inventários, auditorias, autoavaliações, monitoramento dos status dos planos de ação e verificação contínua.

6) Informação e comunicação: comunicar, de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas, os resultados de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, contribuindo para o entendimento da situação atual e para a eficácia dos planos de ação.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é atualmente realizado de forma integrada com as estruturas de gerenciamento de riscos da JSL S.A., que são encarregadas de administrar os riscos envolvendo o Grupo JSL, bem como seus administradores e empregados.

O gerenciamento de risco envolve as seguintes estruturas:

- i. Conselho de Administração. O Conselho de Administração da Companhia é o órgão central do sistema de governança e o principal responsável pela perenidade da Companhia e a criação de valor ao longo prazo. Cabe ao Conselho de Administração:
  - avaliar periodicamente a exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de integridade/conformidade.
  - zelar para que a Diretoria Executiva possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo programa de integridade/conformidade (*compliance*) visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas;
  - definir o nível de apetite a riscos da Companhia;
  - garantir que o Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos tenha orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo; e
  - aprovar futuras revisões da Política de Gerenciamento de Riscos.
- ii. Administração. A Administração da Companhia, composta por seus diretores, gerentes-gerais, gerentes e qualquer outra pessoa que tenha função de gestão dentro da Companhia, é responsável por:
  - assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos;
  - auxiliar a Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da Companhia nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de autoavaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade;
  - planejar ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas em até 15 (quinze) dias úteis após o envio da comunicação formal das ações enviadas pela Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da Companhia; e
  - prestar esclarecimentos sob a condução do gerenciamento dos riscos sob sua responsabilidade ao Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos da Companhia sempre que solicitado.
- iii. Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva da Companhia é responsável por:
  - avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração da Companhia sobre essa avaliação;
  - garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração da Companhia, dos Comitês (estatutários ou não), do Conselho Fiscal, das auditorias interna e externa e dos

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

- iv. Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria Companhia é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria. Compete ao Comitê de Auditoria entre outras matérias:
- opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.
  - Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras.
  - Acompanhar as atividades de auditoria interna e da área de controles internos da Companhia.
  - Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gestão Estratégica de Riscos da Companhia; e
  - Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política entre partes relacionadas.
- v. Auditoria Interna: A área da Auditoria Interna da Companhia é responsável por:
- monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;
  - fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas;
  - consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. A área de auditoria interna deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração.
- vi. Controles Internos e Riscos: A área de Controles Internos e Riscos da Companhia é responsável por:
- definir as responsabilidades relacionadas às atividades de gestão de riscos, assim como alçadas de aprovações e escopos de atuação;
  - preparar relatórios periódicos de consolidação dos riscos da Companhia e submetê-los ao Comitê de Auditoria e Comitê de Controles Internos e Riscos;
  - apoiar os Administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos; e
  - reportar, de modo transparente, as informações relacionadas às suas atividades de gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria e Comitê de Controles Internos e Riscos.
- vii. Comitê de Controles Internos e Riscos: O Comitê de Controles Internos e Riscos da Companhia é responsável por:

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Avaliar os planos de trabalho e efetividade da área de Controles Internos e Riscos do Grupo da JSL S.A.;
- Acompanhar a execução e implementação dos planos de ação decorrentes dos trabalhos de controles internos do Grupo JSL S.A.;
- Avaliar os riscos apontados na matriz de riscos, bem como a tolerância e impactos no Grupo JSL;
- Validar a metodologia de apuração dos fatores de riscos e parâmetros de cálculos para as exposições e impactos; e
- Apresentar ao Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração da JSL S.A. os potenciais impactos dos principais riscos expostos para o Grupo JSL.

viii. Conformidade: A área de Conformidade da Companhia é responsável por:

- monitorar as não conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis;
- Código de Conduta: atualizar as diretrizes do código e disseminá-las entre funcionários e terceiros;
- Reportar ao Comitê de Ética e Conformidade: a) situações que caracterizem um risco de conformidade e de imagem para a Companhia, b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias e status das investigações; c) as sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; d) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e) doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação;
- preparar relatórios de monitoramento dos riscos de Conformidade para Comitê de Controles Internos e Riscos;
- avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia, monitorando os planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares;
- apoiar os administradores na definição dos planos de ações necessários para tratamento dos riscos de conformidade;
- avaliar as cláusulas de conformidade/compliance dos contratos da Companhia;
- avaliar e apontar os riscos para validação da diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e terceiros.

ix. Comitê de Ética e Conformidade: O Comitê de Ética e Conformidade da Companhia é responsável por:

- no cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia;
- na análise, aplicação de medidas disciplinares, recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia,



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida;

- avaliar a eficiência e eficácia dos requisitos legais do Programa de Integridade, exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas do Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos;
- analisar e validar sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia;
- analisar e validar pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública;
- avaliar e julgar, quando o caso, ações e omissões: (a) dos colaboradores da Companhia; (b) que envolvam terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, clientes e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia.
- O Comitê se reportará ao Conselho de Administração.

**(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos, conforme atribuições descritas no item 5.1.(iii).

Desta forma, a Administração entende que a estrutura de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia está adequada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos, além de continuamente realizar investimentos financeiros de forma a melhorar a performance de seu sistema de controles internos e se adequar às melhores práticas de mercado.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

**(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

Em 12 de fevereiro de 2019, o conselho de administração da JSL S.A., controladora da Companhia, aprovou uma Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado ("Política"), que visa a implementação de um processo formal de gerenciamento de riscos de mercado para todas as sociedades do Grupo JSL. A Companhia ratificou a utilização de referida política, em 25 de fevereiro de 2019, por meio de reunião de seu conselho de administração. Ademais, a Companhia tem como prática analisar e monitorar constantemente esses riscos que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, e implementar processos e instrumentos necessários para o gerenciamento dos mesmos, conforme descrito abaixo. Além disso, conforme informado no item 5.1 deste formulário a Companhia utiliza a Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de maio de 2018 que estabelece diretrizes para o processo de gestão de riscos, na empresa, inclusive o risco de mercado, possibilitando a identificação, avaliação, priorização e tratamento dos riscos.

**(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

O objetivo da Política é a gestão do risco financeiro das sociedades do Grupo JSL, tendo como foco o risco de mercado e contraparte. A Política está em conformidade com as melhores práticas internacionais, além de seguir os padrões definidos por órgãos reguladores do Brasil e do exterior.

Assim, estabelece políticas e limites que norteiam as ações das áreas envolvidas na execução das operações de hedge, obedecendo os critérios aprovados pelo Conselho de Administração da JSL S.A e aplicáveis às sociedades do Grupo JSL, incluindo a Movida Participações SA.

A Política pode ser resumida da seguinte forma:

- Foco: riscos de mercado e riscos de contraparte.
- Princípios básicos: a gestão de risco é um processo e não um evento isolado, assim deve envolver todas as áreas da Companhia.
- Componentes da Política:
  - Definição das responsabilidades de cada nível hierárquico;
  - Definição dos limites de risco aceitáveis pela Companhia a serem aprovados pelo Conselho de Administração.
- Processo de gestão:
  - Análise das posições do balanço patrimonial;
  - Avaliação e mensuração dos fatores de risco;
  - Avaliação e execução de alternativas de mitigação baseado em fatores estabelecidos pela Política;
  - Comunicação das estratégias executadas;
  - Controle e monitoramento, de acordo com a Política.
- Organização para a gestão de riscos financeiros:

A administração da Companhia e o Comitê de Auditoria, em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, a gestão de riscos financeiros da Companhia.

**i. Riscos para os quais se busca proteção.**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia busca proteção para todos os riscos descritos no item 4.2, mas principalmente, para o risco de risco de crédito, o segmento de locações de veículos leves (Movida), possui uma estrutura própria, com uma ferramenta para análise e avaliação de risco de crédito, onde são realizadas avaliações periódicas dos clientes, sendo atribuídos um score de crédito a cada cliente baseado nas informações fornecidas por eles e as disponíveis no mercado. Dessa forma, é atribuída uma capacidade a cada cliente e concedido um limite de risco ao cliente. São realizados controles das utilizações dos limites pelos clientes, onde são limitadas a sua utilização de serviços

Adicionalmente a empresa realizada todo o acompanhamento de seu portfólio de crédito, observando a capacidade de pagamentos de seus clientes, bem com o seu histórico de relacionamento comercial de longo prazo, a diversificação do segmento de atuação de forma a evitar a concentração em determinado setor econômico, sendo que a concentração majoritária de seu risco se encontra na classificação de baixo risco.

*Para o risco de inflação*, os contratos de serviços prestados pela Companhia possuem fórmula paramétrica de indexação dos seus custos com reajuste anual.

*Ademais, para o risco de oscilações nas taxas de juros*, nos termos da Política, no que tange a taxa de juros, a Companhia entende que a indexação de taxas pós-fixadas é a que proporciona a melhor aderência ao valor real do dinheiro. Sendo assim, a remuneração dos passivos e ativos financeiros terá como padrão taxas pós-fixadas como o CDI, ou indexadas a índice de inflação. Os instrumentos financeiros afetados pela taxa de juros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar, que estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição às taxas de juros, serão adotadas as seguintes políticas, de acordo com a origem da exposição e nos termos da Política:

- exposições a taxas de juros serão mensuradas mensalmente conforme os métodos descritos na Política;
- exposições a taxas de juros e as operações de hedge com instrumentos financeiros deverão permanecer enquadradas nos limites descritos na Política;
- operações de hedge com instrumentos derivativos deverão cumprir todos os requisitos para *hedge accounting* conforme definidos nas normas de elaboração das Demonstrações Financeiras;
- para fins de mitigação dos riscos de juros, a Companhia poderá adotar o hedge natural entre ativos e passivos com a mesma indexação, ou seja, operações de hedge com instrumentos derivativos poderão ser contratadas sobre o saldo líquido da exposição de juros.

### ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge).

A Companhia poderá utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial, a qual se dará em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira. No caso da utilização destas operações, elas serão conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e nos termos da Política.

### iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).

A Companhia pode avaliar diferentes instrumentos que tenham melhor efetividade, aumentem a liberdade de decisão com o objetivo único e específico de proteção patrimonial e previsibilidade de fluxo de caixa, sendo a sua contratação subordinada a aprovação do Conselho de Administração.

A contratação de um derivativo / instrumento de proteção patrimonial é subordinada a aprovação do Conselho de Administração, com o objetivo único e específico de proteção patrimonial e previsibilidade

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

de fluxo de caixa.

### iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

A Companhia utiliza a política da JSL S.A., na qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da JSL S.A. no dia 12 de fevereiro de 2019, que é amplamente aplicável para a Movida Participações S.A. e contempla os parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de mercado, entre eles, riscos de câmbio, juros e inflação.

A Política pode ser resumida da seguinte forma:

- **Foco:** riscos de mercado e riscos de contraparte.
- **Princípios básicos:** a gestão de risco é um processo e não um evento isolado, assim deve envolver todas as áreas da Companhia.
- **Componentes da Política:**
  - Definição das responsabilidades de cada nível hierárquico;
  - Definição dos limites de risco aceitáveis pela Companhia a serem aprovados pelo Conselho de Administração.
- **Processo de gestão:**
  - Análise das posições do balanço patrimonial;
  - Avaliação e mensuração dos fatores de risco;
  - Avaliação e execução de alternativas de mitigação baseado em fatores estabelecidos pela Política;
  - Comunicação das estratégias executadas;
  - Controle e monitoramento, de acordo com a Política.
- **Organização para a gestão de riscos financeiros:**
  - A administração da Companhia e o Comitê de Auditoria, em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, a gestão de riscos financeiros da Companhia.

A administração da Companhia entende que os parâmetros mencionados na política estão adequados para o gerenciamento dos riscos.

### v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos para fins que não sejam de proteção (hedge).

### vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos envolve a pessoal responsável pelo Conselho de Administração, Comitê Financeiro e de Suprimentos do Conselho, Comitê de Auditoria, Diretoria Executiva Financeira, Gerência Financeira, Analistas Financeiros, Consultor Externo e Agente de Cálculo Externo.

**Conselho de Administração:** O Conselho de Administração tem papel fundamental no desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos financeiros, uma vez que é responsável pela aprovação da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. No âmbito desta Política as responsabilidades do Conselho de Administração são: (i) Avaliar e aprovar a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e alterações propostas; (ii) Aprovar os limites considerados adequados para a exposição aos fatores de riscos financeiros; (iii) Aprovar os instrumentos de hedge elegíveis; (iv) Aprovar alternativas estratégicas de contratação de derivativos.

**Comitê Financeiro e de Suprimentos do Conselho:** O Comitê de Financeiro está ligado diretamente ao Conselho de Administração e tem um papel consultivo em relação à Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. Possui as seguintes atribuições: (i) Avaliar mudanças e alterações na Política de Gerenciamento de Risco de Mercado ; (ii) Avaliar conceitos e metodologias aplicados na gestão de risco

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

de mercado; (iii) Avaliar as alternativas de hedge em conformidade com a Política estabelecida; (iv) Acompanhar o desempenho das operações de hedge; (v) Avaliar cenários de estresse; (vi) Avaliar o posicionamento da Empresa para cada risco identificado e comunicar o Conselho de Administração;

Diretoria Executiva Financeira: A Diretoria Executiva Financeira deverá atuar diretamente na gestão do risco de mercado com as seguintes responsabilidades: (i) Patrocinar as ações de fortalecimento e disseminação da cultura de gestão de riscos e controles internos; (ii) Avaliar o posicionamento da Empresa para cada risco identificado, de acordo com as diretrizes e políticas emanadas do Conselho de Administração; (iii) Avaliar propostas para limites de exposição aos fatores de risco e propor sugestões para aprimoramentos na Política de Gerenciamento de Risco de Mercado; (iv) Garantir o cumprimento das exposições a riscos, vis a vis aos limites estabelecidos pela Política de Gerenciamento de Risco de Mercado.

Gerência Financeira: Ancorada pela Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, a Gerência Financeira tem como tarefa acompanhar, monitorar, e avaliar os riscos financeiros incorridos. Podem-se destacar como principais aspectos: (i) Acompanhar os limites e exposições dos fatores de risco através dos relatórios produzidos pelo agente de cálculo externo; (ii) Constante análise do escopo da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado; (iii) Abastecer o Comitê Financeiro com informações das exposições da empresa frente aos fatores de risco mapeados e sugerir alternativas de mitigação dos mesmos; (iv) Supervisionar a contratação do Agente de Cálculo.

Analistas Financeiros: As funções dos analistas financeiros na condução das operações a serem executadas para o cumprimento da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado no que tange os riscos de mercado são: (i) Executar as operações de hedge conforme estratégia aprovada pelo Conselho de Administração observando os limites e exposições dos fatores de risco detalhados nesta Política; (ii) Registrar e divulgar as operações contratadas.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é o órgão do Conselho de Administração responsável por auditar a execução da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. As responsabilidades do Comitê, no que tange a parte financeira, podem ser assim descritas: (i) Supervisionar o processo de gestão de riscos de mercado; (ii) Monitorar e acompanhar os níveis de exposição aos riscos da Empresa e o cumprimento da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado.

Consultor Externo e Agente de Cálculo Externo: Com periodicidade, de no mínimo trimestral, a Diretoria Executiva Financeira conta com a colaboração do Consultor Externo para as seguintes atividades: (i) Modelar e avaliar as exposições a risco de mercado, com objetivo de evidenciar e dar ciência sobre a magnitude de seus potenciais impactos; (ii) Propor estratégias de mitigação de riscos identificados pela Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado;

A Diretoria Financeira também conta com a colaboração de um Agente de Cálculo Externo para as seguintes atividades: (i) Prover relatórios das exposições aos fatores de risco financeiros mapeados garantindo transparência na divulgação dos mesmos;

A administração da Companhia entende que a estrutura organizacional de controle é adequada para o gerenciamento de riscos de mercado.

### **c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia utiliza a política da JSL S.A., foi aprovada pelo Conselho de Administração da JSL S.A. no dia 14 de fevereiro de 2019, que é amplamente aplicável para a Movida Participações S.A, e contempla toda a estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política que será amplamente aplicável à Movida Participações S.A. Ademais, a JSL S.A. contratou o sistema externo de empresa Homologada como uma consultoria de valores mobiliários junto à CVM e especializada na apuração dos valores de saldo accrual e a mercado de instrumentos financeiros como agente de cálculo externo e independente, a fim de validar de forma independente as metodologias internas de cálculo, precificação e marcação a mercado dos valores refletidos em suas demonstrações financeiras.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia possui um Comitê Financeiro, que se reúne mensalmente e apoia o Conselho de Administração nas matérias relacionadas à riscos de mercado.

A administração da Companhia entende que a estrutura organizacional e de controles internos está adequada para a verificação da efetividade da política adotada.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registram transações e disposições dos ativos da Companhia; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta com as áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis visando à mitigação dos riscos que possam afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para todas as informações contábil e financeiras registradas.

Nesse contexto, a Companhia dispõe de uma série de práticas em relação aos seus controles internos tais como:

- A Companhia conta com sistema integrado para registro de suas transações contábeis e financeiras com alçadas de aprovação sistêmicas definidas de acordo com o nível hierárquico dentro da estrutura organizacional da Companhia.
- Há um processo robusto de fechamento e conciliação contábil dos saldos de balanço e resultado efetuados mensalmente e reportado à Diretoria Executiva da Companhia e Controladoria Corporativa de sua JSL S.A., cuja revisão é efetuada em níveis primários com cruzamentos de saldos de balanço com as informações constantes nas demonstrações, bem como obtenção de suportes documentais para as afirmações contidas no documento.
- Validação periódica dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles
- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia.
- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos presenciais e a distância (online) e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios.

Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles, são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

### b. as estruturas organizacionais envolvidas

As áreas da Companhia responsáveis pelos controles internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia são a Controladoria, o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias, Controles Internos, Riscos e Conformidade, a área de Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria.

A Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias são as áreas responsáveis

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis. A Controladoria também realiza mensalmente as reconciliações das contas contábeis, formalizando-as no sistema PZM com workflow de revisão segregada, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer exceções identificadas são direcionadas para as áreas envolvidas para as devidas correções.

A área de Controles Internos e Riscos avalia periodicamente os controles internos aplicáveis que visam a mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos em conjunto com os gestores dos processos os planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela área de Controles Internos e Riscos através de reuniões periódicas para apresentação dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A área de Controles Internos e Riscos realiza um trabalho de identificação de riscos e controles. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, o qual apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s). Como já mencionado, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela área de Controles Internos e Riscos através de reuniões periódicas para apresentação dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

### **d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Durante este trabalho, os auditores independentes identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir: (i) Deficiências no processo de elaboração das demonstrações financeiras; (ii) Ausência de evidência de revisão e aprovação de processos de lançamentos contábeis manuais; (iii) Ausência de evidência de revisão e aprovação de controles manuais no nível dos processos; (iv) Análise de conflitos de segregação de



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

funções; (v) Revisão dos acessos lógicos das aplicações em escopo; (vi) Presença de usuários desligados com registro de logon após a data de demissão.

### e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Diretoria avaliou detalhadamente referidos pontos e possui os seguintes comentários:

| Assunto   | Comentários dos diretores   |
|---|---|
| Deficiências no processo de elaboração das demonstrações financeiras.                       | Administração entende que vários pontos levantados se referem a “drafts” das DFs em andamento, portanto, ainda estavam sujeitos a conferências e alterações. A Administração entende também que as etapas de preparação das DFs e suas respectivas notas explicativas, ainda estão com muitas etapas manuais, o que causa lentidão, e várias fases de validação do número final. A Administração informa que em 2019, concluirá a implantação do sistema SAP/BPC que automatizará a construção das DFs e suas notas explicativas, mitigando assim, os efetivos negativos mencionados pela auditoria.  |
| Ausência de evidência de revisão e aprovação de processos de lançamentos contábeis manuais. | A Administração informa que criou um plano de ação que consiste no mapeamento dos lançamentos manuais efetuados em todos os seus ERPs, com a identificação das origens e causas, para sistematizar a parte que for possível, e para o que se manter de forma manual, será implantado ao longo de 2019, um processo para formalização, revisão e aprovação sistêmica destes lançamentos manuais, por alçadas competentes, antes que os mesmos sejam processados nos referidos ERPs.  |
| Ausência de evidência de revisão e aprovação de controles manuais no nível dos processos.   | Faremos a implementação de controles que propiciem suportes documentais das aprovações e revisões efetuadas de acordo com alçadas competentes definidas com base no apropriado nível hierárquico dentro da organização.   |
| Análise de conflitos de segregação de funções.  | A Administração adquiriu no final do segundo semestre de 2018, a ferramenta IG IBM, para realização dos seguintes controles: - Inventário de sistemas e perfis de acesso; - Inventário das identidades; - Definição dos processos e regras de automação; - Definição de fluxos, papéis e responsabilidades e workflow de aprovação; - Perfis de auditoria automatizada / SOD SAP e Legado PÁGINA: 57 de 314 Formulário de Referência - 2019 - MOVIDA PARTICIPACOES SA Versão : 11 5.3 - Descrição Dos Controles Internos - Organização das identidades, acessos e categorização de funcionários, prestadores de serviço, representantes e, até mesmo, clientes; - Definição dos processos de solicitação, |

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

|  |   |
|--|---|
|  | <p>aprovação, revogação e revisão de direitos de acesso; Também serão cobertos os processos de: - Autenticação centralizada; - Provisionamento automático Criação, alteração, remoção de conta de usuário; - Cadastro e atualização de dados dos colaboradores nos catálogos por sistema; - Bloqueio, desbloqueio de contas, troca de senhas, associação, desassociação de uma conta a um direito de acesso; - Consultas a contas, perfis e direitos associados a contas. O projeto para implantação da ferramenta IG da IBM, foi iniciado em 13 de fevereiro de 2019, com previsão de término para Dezembro/2019, abrangendo os principais sistemas da empresa</p> |
| Revisão dos acessos lógicos das aplicações em escopo.                          | <p>A Administração entende que esse processo será parcialmente automatizado com a implementação da ferramenta de gestão de identidade IG da IBM, conforme mencionado no item anterior, e que a revisão anual será suficiente para mitigar eventuais conflitos.</p>  |
| Presença de usuários desligados com registro de logon após a data de demissão. | <p>A Administração está implantando, um novo processo de desligamento de funcionários, com objetivo de realizar a integração imediata nos diversos módulos do sistema (on-line ou uma vez ao dia) de todos os desligamentos realizados. Regra esta que deve ser igual às exigências do e-social.</p>  |

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia adota o Programa de Conformidade de sua controladora JSL S.A., que se aplica a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, e tem o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público, bem como fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência.

Em relação à interação da Companhia com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU.

Nesse sentido, o Programa de Conformidade da JSL S.A. e de suas controladas têm as seguintes políticas como pilares, : (i) Código de Conduta; e (ii) Política Anticorrupção, composta pelas seguintes políticas: Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público.

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- i. **Código de Conduta:** Aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2019, o Código de Conduta se aplica a todos administradores, colaboradores, empregados, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral contratados pela Companhia, bem como pelas sociedades a ela coligadas ou, no âmbito de um contrato, consorciadas. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações e padrões de conduta que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) cumprimento de leis e regulamentos; (ii) direitos humanos; (iii) relações de trabalho; (iv) conduta do colaborador; (v) combate à corrupção; (vi) conflito de interesses; (vii) doações e patrocínios; (viii) oferecimento de brindes, presentes, entretenimento e hospitalidade; (ix) relações com (a) fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios; (b) setor público; e (c) concorrentes; (x) descumprimento e medidas disciplinares; e (xi) funcionamento do canal de denúncia.
- ii. **Política de Doações e Patrocínios:** se aplica a todos os colaboradores, independente do cargo ou função, da JSL S.A. e de todas suas controladas, coligadas e consorciadas, bem como a qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em receber doação ou patrocínio das empresas do Grupo ou do Instituto Julio Simões. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo e a observância da legislação vigente e das premissas estabelecidas pela Companhia para a realização de doações e patrocínios.
- iii. **Política de Participação em Licitação Pública:** se aplica a todos os colaboradores da JSL S.A. e suas controladas, coligadas e consorciadas, e define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- iv. Política de Interações com o Poder Público: se aplica a todos os colaboradores da JSL S.A. e suas controladas, coligadas e consorciadas e impõe regras e orienta para que as interações com a Administração Pública ocorram de forma ética e transparente e nos termos da lei;
- v. Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades: se aplica a todos os colaboradores da JSL S.A. e suas controladas, coligadas e consorciadas e tem por objetivo instituir conceitos, determinar valores e impor regras de conduta aos funcionários para referidas práticas.

Além das políticas elencadas no item acima, a o Programa de Conformidade é composto por outros procedimentos e mecanismos para referida finalidade, quais sejam: (i) Canal de Denúncia, que funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia por telefone, site e e-mail, canais administrados exclusivamente pela empresa terceirizada; garante o anonimato ao denunciante de boa-fé e a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia, (ii) Treinamento aos colaboradores sobre o Código de Conduta, o Canal de Denúncia, Políticas Anticorrupção, Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) “Linha Transparente”, canal gratuito criado para dirimir dúvidas sobre o Programa de Conformidade, acessível ao público interno e externo; (iv) treinamentos direcionados à interação com a Administração Pública e licitações públicas a departamentos que são envolvidos nestes temas, (v) comunicações quinzenais sobre pontos do Código de Conduta e as Políticas Anticorrupção, (vi) avaliação, pela Conformidade, de doações e patrocínios feitos para órgãos públicos, (vii) Processo de homologação de terceiros que são contratados pela Companhia para prestarem serviços que compreendem interação com órgãos públicos.

Ressalte-se que a Companhia realiza treinamentos periódicos sobre o tema de integridade, presenciais e online, a todos os seus administradores, funcionários e estagiários. O segundo ciclo de treinamento foi lançado em dezembro de 2018, e o novo ciclo será lançado no primeiro trimestre de 2020.

Todos esses processos relacionados ao Programa de Conformidade são revisados com periodicidade não superior a 2 anos, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes dos processos e dos normativos internos da Controladora.

Além dos procedimentos acima, a Companhia realiza anualmente a avaliação dos riscos junto as gestores e Diretores avaliando a probabilidade de efetivação das referidas consequências e seu impacto em caso de eventual ocorrência. Após a identificação dos riscos, os mesmos são gerenciados de acordo com sua criticidade e avaliadas as melhores alternativas para mitigação, definição de controles ou aceitação do risco cujo impacto seja menor que o custo benefício de seu gerenciamento. O monitoramento deste processo é realizado pela Diretoria.

A administração da Companhia entende que as políticas e procedimentos de integridade existentes estão adequados ao perfil de riscos da Companhia, que apresenta nível moderado de interação com entidades da administração pública.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são: área de Controles Internos, Riscos e Conformidade e o Comitê de Ética e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Conformidade da JSL S.A., conforme detalhes descritos abaixo:

- Controles Internos, Riscos e Conformidade: Especificamente em relação a questões de compliance de integridade, referida estrutura se reporta à Diretoria da Companhia e ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A., e tem por finalidade liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade com o objetivo de mitiga-los e preveni-los, bem como orientar os funcionários da Companhia e terceiros sobre as normas internas da Companhia. Isso inclui as seguintes atribuições: (i) monitorar as não conformidades com as leis e regulamentos aplicáveis; (ii) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia, monitorando os planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares; (iii) reportar ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S/A: a) situações que caracterizem risco de conformidade e de imagem para a Companhia; b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias e status das investigações; c) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e d) doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação; (iv) avaliar as cláusulas de conformidade/compliance dos contratos da Companhia; e (v) avaliar e apontar os riscos para validação da Diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e terceiros.
- Comitê de Ética e Conformidade: Sua criação foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração da JSL S.A., órgão ao qual se reporta. O Comitê de Ética e Conformidade foi instituído pela JSL S.A. mas atua de forma compartilhada para todas as controladas da JSL S.A., incluindo a Companhia, e tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva: (i) no cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia, (ii) na análise, aplicação de medidas disciplinares, recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida e (iii) avaliar a eficiência e eficácia do Programa de Conformidade, e a sua aderência aos requisitos exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas que tratam sobre o tema, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos, (iv) analisar e validar sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; (v) analisar e validar pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública; (vi) avaliar e julgar, quando o caso, ações e omissões: a) dos colaboradores da Companhia e b) que envolvam terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia.

Sobre os mecanismos de garantia de independência à área de Controles Internos, Riscos e Conformidade, estes ficam evidenciados no dever de reporte à Diretoria da Companhia e ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. sobre todas as ações que envolvem o Programa de Conformidade, aplicáveis à Companhia. A Diretoria, por sua vez, reporta-se ao Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. possui um membro externo, garantindo a imparcialidade do Comitê e suas deliberações são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia no que tange às ações do Programa de Integridade aplicáveis à Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Ademais, as denúncias envolvendo membros de Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. são encaminhadas ao Conselho de Administração da JSL S.A., e as denúncias que envolvem a Presidência ou a Diretoria da Companhia são encaminhadas ao Conselho de Administração da Companhia. Por sua vez, as denúncias envolvendo a área de Controles Internos, Riscos e Conformidade são encaminhadas para o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A.

A administração da Companhia entende que os mecanismos mencionados são adequados para garantir a independência da área de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia e do Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A.

### **iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

O código de conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2019,

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os colaboradores recebem o primeiro treinamento no momento da contratação/integração e um treinamento anual.

Anualmente, os principais executivos da Companhia se reúnem com o objetivo de alinhar os atingimentos e metas da Companhia, onde neste momento, é reservada uma pauta específica para a apresentação dos itens do programa de Conformidade.

No evento anual de vendas, onde também são reunidas as principais lideranças da Companhia, a Companhia tem uma pauta reservada para a aplicação de treinamento dos itens relacionados ao Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

De acordo com o Código de Conduta, o descumprimento de qualquer das diretrizes dispostas no Código de Conduta ou nas demais normas internas adotadas pela Companhia poderá ensejar a aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes: (i) advertência, oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa. Terceiros, por sua vez, poderão ter sua relação comercial com a Companhia encerrada.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2019 e está disponível em seu *website* ([https://www.movida.com.br/codigo\\_de\\_conduta.pdf](https://www.movida.com.br/codigo_de_conduta.pdf)).

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um Canal de Denúncias, que é terceirizado e administrado por uma empresa especializada totalmente independente, sigiloso e seguro, de forma a dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia.

O Canal de Denúncias pode ser acessado de forma gratuita, 24 horas por dia, 7 dias por semana, por telefone (nº 0800 726 7111), endereço eletrônico ([canaldedenuncia@movida.com.br](mailto:canaldedenuncia@movida.com.br)) ou por meio do site [www.contatoseguro.com.br/movida](http://www.contatoseguro.com.br/movida).

Além disso, a Companhia também criou uma Linha Transparente que pode ser utilizada para o envio de qualquer dúvida e/ou sugestões de melhoria sobre o Código de Conduta ou demais normas internas e políticas adotadas pela Companhia. A Linha Transparente pode ser acessada por telefone (nº 0800 726 7250, atendimento das 8h00 às 17h48) ou por endereço eletrônico ([conformidade@movida.com.br](mailto:conformidade@movida.com.br)).

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias está disponível para o público interno e externo, incluindo terceiros, prestadores de serviços e clientes.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Denúncias da Companhia foi projetado de forma a manter a confidencialidade das denúncias e informações comunicadas. Neste sentido, todas as comunicações realizadas ao Canal de Denúncias da Companhia são confidenciais e, caso o denunciante deseje, poderão ser feitas de forma anônima, conforme descrito no Código de Conduta da Companhia. As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante.

Além disso, o Código de Conduta reforça o compromisso da Companhia de não tolerar qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate uma preocupação sobre uma conduta ilegal ou em desacordo com as instruções estabelecidas no Código de Conduta. Condutas dessa natureza ensejarão a aplicação de medidas disciplinares.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas e preliminarmente tratadas pela empresa terceirizada que administra o canal de denúncias e transmitidas para a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade da JSL S.A., que dará andamento nas tratativas.

Cumpramos ressaltar que (i) denúncias envolvendo membros da Presidência e/ou do Comitê de Ética e Conformidade da Companhia são encaminhadas ao Conselho de Administração da JSL S.A.; (ii) denúncias envolvendo membros da Diretoria Executiva da Companhia são encaminhadas ao Conselho de Administração e à Presidência da JSL S.A.; e (iii) denúncias envolvendo membros da Diretoria de Gerenciamento de Riscos e Conformidade da Companhia são encaminhadas para o Comitê de Ética e Conformidade. Por sua vez, denúncias envolvendo membros do Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. são encaminhadas para o Conselho de Administração da JSL S.A.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Na ocorrência dos casos citados, a Companhia efetua a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas) para os processos de “Due Diligence” de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos nas operações.

**d. razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

A Companhia, conforme item 5.4 a, possui diversos procedimentos e políticas para remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

Item não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas em relação ao último exercício social.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia**

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

Os Diretores esclarecem que nos itens 10.1 a 10.8 deste Formulário de Referência serão apresentadas informações históricas relativas ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 respectivamente.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras da Companhia consolidadas e auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM, e as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 - "Informações Financeiras Intermediárias").

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as (i) demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Em 07 de fevereiro de 2017, foi concedido o registro de oferta pública pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, tendo início a negociação das suas ações em bolsa no dia 08 de fevereiro de 2017 sob o ticker MOVI3 no segmento Novo Mercado de governança corporativa.

Em 17 de agosto de 2017, foi anunciada a aquisição da empresa "*Fleet Services*", posteriormente denominada "Movida Premium" no segmento de locação corporativa de veículos premium, tais como Audi, BMW, Mini, Jaguar, Land Rover e Porsche, possuindo frota composta por 153 veículos de luxo, com alto valor agregado, com receita por carro 5 vezes maior do que um veículo popular.

Em 17 de outubro de 2018, foi homologado integralmente o aumento privado de capital social da Companhia. Foram subscritas 49.929.428 (quarenta e nove milhões, novecentas e vinte e nove mil, quatrocentas e vinte e oito) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de subscrição total de R\$ 312,6 milhões. O capital social integralizado da Companhia passou a ser de R\$1.490,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, composto por 263.421.014 (duzentas e sessenta e três milhões, quatrocentas e vinte e uma mil e quatorze) ações ordinárias.

Em 25 de julho de 2019, foi deliberada em Reunião do Conselho de Administração (RCA) a emissão de 35.500.000 (trinta e cinco milhões e quinhentos mil) novas ações provenientes da oferta subsequente de ações "*follow-on*", que refletiram em um aumento de capital no montante de R\$ 532.500, ao preço nominal de R\$ 15,00 por ação.

#### **(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Movida reportou uma receita líquida total de R\$3.836,0 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$3.788,9 milhões em 2019 adições em imobilizado, sendo (i) R\$1.137,6 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$1.135,2 milhões em frota e R\$2,2 milhões em novos pontos; e (ii) R\$2.380,9 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Movida reportou uma receita líquida total de R\$2.538,6 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$2.403,4 milhões em 2018 adições em imobilizado, sendo (i) R\$693,2 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$690,4 milhões em frota e R\$2,8 milhões em novos pontos; e (ii) R\$1.639,7 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Movida reportou uma receita líquida total de R\$2.468,0 milhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$2.152,0 milhões em 2017 adições em imobilizado, sendo (i) R\$507,3 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$506,8 milhões em frota e R\$0,4 milhão em novos pontos; (ii) R\$1.567,6 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

Os Diretores entendem que a frota da Companhia é composta por ativos de alta liquidez, com baixa idade média. A maior parte dos investimentos em expansão da Companhia foi direcionada para a frota, ressaltando que os investimentos de expansão contribuem apenas parcialmente para a receita e a geração de caixa do ano em que é executado, distorcendo assim, as margens e os retornos da Companhia quando comparado a uma situação sem investimentos adicionais em expansão.

Em 31 de dezembro de 2019, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$1.047,1 milhões. A dívida bruta era de R\$2.948,0 milhões gerando uma dívida líquida de R\$1.900,9 milhão. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado da Companhia era de R\$5.063,4 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2018, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$812,2 milhões. A dívida bruta era de R\$2.266,0 milhões gerando uma dívida líquida de R\$1.453,8 milhão. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2018, o imobilizado da Companhia era de R\$3.647,4 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, a soma do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$783,6 milhões. A dívida bruta era de R\$1.861,0 milhões gerando uma dívida líquida de R\$1.077,4 milhões. Seguindo a política da Companhia, o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários eram suficientes para honrar com as obrigações de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2017, o imobilizado da Companhia era de R\$2.799,6 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

Um fator relevante para compreender as condições financeiras e patrimoniais da Companhia é a flexibilidade na gestão dos seus investimentos, principalmente em RAC, em que os ativos a serem renovados podem ser definidos de acordo com a categoria, não sendo vinculados a um modelo específico de veículo.

Além disso, no caso do seguimento de Gestão e Terceirização de Frotas ("GTF"), o modelo de negócios da Companhia presume que os investimentos são necessariamente atrelados a contratos assinados de longo e médio prazo, que garantem a geração de caixa futura das operações. No caso de RAC, por sua vez, o investimento está atrelado à demanda do mercado, sendo que a Companhia faz seus planos de expansão de frota buscando atender a expectativa de demanda com manutenção nas taxas de ocupação. No caso de uma possível retração de mercado, a Companhia também está preparada para ajustar sua frota de forma rápida e fácil, devido à alta liquidez usual de seus ativos, utilizando a linha de negócios de Seminovos como suporte. Sendo assim, a Companhia pode definir os investimentos em expansão, da mesma maneira que pode escolher o melhor momento para a compra e venda de seus ativos para renovação, sem que isto seja prejudicial aos custos com manutenção, tendo em vista a baixa idade média de sua frota.

### (b) Estrutura de capital

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital e suporte adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações.

Apresenta-se abaixo a relação entre o capital próprio (patrimônio líquido) e o capital de terceiros para os períodos indicados.

| Estrutura de capital (R\$ milhões)              | Exercício social encerrado em 31/12/2017 | Exercício social encerrado em 31/12/2018 | Período de três meses encerrado em 31/12/2019 |
|---|--|--|---|
| Patrimônio Líquido (a)                          | 1.284,8                                  | 1.658,8                                  | 1.680,8                                       |
| Passivo circulante + Passivo não circulante (b) | 2.721,5                                  | 3.533,5                                  | 4.198,1                                       |
| Total do passivo e do patrimônio líquido (c)    | 4.006,3                                  | 5.192,3                                  | 5.878,8                                       |
| % Capital Próprio (a)/(c)                       | 32,1%                                    | 31,9%                                    | 28,6%   |
| % Capital de Terceiros (b)/(c)                  | 67,9%                                    | 68,1%                                    | 71,4%   |

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia. Tal estratégia tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$2.301,0 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 0,83x no período.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$1.658,8 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 0,88x no período.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$1.284,8 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 0,84x no período.

A tabela a seguir apresenta os principais índices de alavancagem líquida e estrutura de capital da Companhia:

| Saldos                              | Período de doze meses findo em 31/12/2019 | Período de doze meses findo em 31/12/2018 | Período de doze meses findo em 31/12/2017 |
|-------------------------------------|---|---|---|
| Alavancagem Líquida                 | 2,56 x                                    | 3,02 x                                    | 3,29 x                                    |
| Dívida líquida / Patrimônio Líquido | 0,83 x                                    | 0,88 x                                    | 0,84 x                                    |

### (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros, apresentando uma posição de caixa adequada. A dívida da Companhia é composta principalmente por financiamentos para aquisição de veículos e linhas de capital de giro, as quais serão quitadas com a geração operacional de caixa e com os recursos oriundos das vendas de ativos.

A Companhia apresentou posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários de R\$1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2019, R\$812,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$783,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. A dívida bruta de curto prazo da Companhia era de R\$593,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 e de R\$483,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$823,6 milhões em 31 de dezembro de 2017.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida em 31 de dezembro de 2019:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

| Passivos financeiros           | Custo médio - | Fluxo de caixa   |                  |                  |                |                  |
|--------------------------------|---------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
|                                | %             | Valor contábil   | contratual       | Até 1 ano        | De 1 a 2 anos  | De 3 a 5 anos    |
| Fornecedores                   |               | 1.404.469        | 1.404.469        | 1.404.469        | -              | -                |
| Empréstimos e financiamentos   | 6,64%         | 626.789          | 682.186          | 436.983          | 133.961        | 111.242          |
| Debêntures                     | 6,32%         | 2.321.250        | 2.802.484        | 284.941          | 480.889        | 2.036.654        |
| Arrendamento mercantil a pagar | Pré-fixado    | 196.146          | 196.146          | 53.454           | 72.681         | 70.011           |
| Outras contas a pagar          |               | 73.241           | 73.241           | 72.371           | 870            | -                |
| <b>Total</b>                   |               | <b>4.621.895</b> | <b>5.158.526</b> | <b>2.252.218</b> | <b>688.401</b> | <b>2.217.907</b> |

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

A Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, que são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo.

Para a aquisição de veículos leves e utilitários, a Companhia privilegia a compra a prazo junto às montadoras e à vista com recursos próprios, financiados por debêntures e linhas de capital de giro sem qualquer garantia, de forma a usufruir da flexibilidade de um giro mais eficiente da frota. A Companhia utiliza também, porém em menor escala, o *leasing* financeiro.

Em 2019 a Companhia captou R\$1.547,0 milhões de debêntures e financiamentos. Em 2018 a Companhia captou R\$1.341,8 milhões de novos empréstimos e financiamentos mais emissões de debêntures. Em 2017 a Companhia captou R\$1.154,0 milhões de novos empréstimos e financiamentos mais emissões de debêntures. Os Diretores da Companhia acreditam que eram suficientes para que a Companhia fizesse frente às suas necessidades de liquidez, investimentos e pagamentos de dívida de curto prazo junto ao mercado de capitais e instituições financeiras com prazos mais longos e custos mais atraentes.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do passivo financeiro *vis-à-vis* a necessidade de recursos para a implementação da estratégia de crescimento da Companhia. O prazo médio do endividamento da Movida em 31 de dezembro de 2019 era de 2,6 anos, 31 de dezembro de 2018 era de 2,6 e 31 de dezembro de 2017 era de 2,0 anos.

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Além disso, serão utilizados recursos provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário. Os financiamentos da aquisição de ativos não circulantes, em especial para a prestação de serviços, continuarão sendo feitos através de linhas específicas de acordo com as características do bem adquirido, sendo que, para a aquisição de veículos leves e utilitários, a Diretoria da Companhia continuará utilizando recursos próprios com linhas de capital de giro sem garantias, a fim de usufruir da flexibilidade de um giro mais eficiente da frota, e em menor escala utiliza o *leasing* financeiro.

**(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas****(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de março de 2017, a Movida Locação de Veículos efetuou uma captação por meio de Cédula de Crédito Bancário ("**CCB**"), junto ao Banco do Brasil S.A., no valor de R\$100,0 milhões, ao custo de 120% da taxa DI Over ("**CDI Over**") e vencimento em 20 de março de 2020. Este financiamento possui pagamento trimestral dos juros (com três meses de carência), e amortização do principal em parcela única na data do vencimento da dívida. A CCB conta com aval/fiança da Movida Participações S.A. e da Movida

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Gestão e Terceirização de Frotas S.A e prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais, porém não estabelece *covenants* financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 a soma do saldo existente desta e de todas as CCBs da Companhia era de R\$116,2 milhões.

Em 25 de setembro de 2017, foi aprovada a emissão da 1ª Nota Promissória Comercial, em série única, da Movida Participações S.A., com emissão em 25 de setembro de 2017, perfazendo o valor total de R\$131,0 milhões com vencimento em 17 de novembro de 2019. A emissão é composta por uma remuneração correspondente a 116% da variação acumulada da taxa DI. O valor nominal unitário das NPs será amortizado em uma única parcela na data de vencimento. Esse financiamento prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais. A NP estabelece os seguintes *covenants* financeiros: manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA para fins de *covenants* igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses. Em 07 de agosto de 2018, foi aprovada a emissão da 2ª emissão de notas promissórias comerciais, com esforços restritos de colocação, da Movida Participações, em até 18 (dezoito) séries, no valor total de até R\$400,0 milhões. As Notas Comerciais fazem jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, acrescido de sobretaxa ou spread a ser definido nas respectivas cártulas, para cada uma das séries, sendo (a) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos) para a 1ª (primeira) série; (b) 1,28% (um inteiro e vinte e oito centésimos) para a 2ª (segunda) série; (c) 1,30% (um inteiro e trinta centésimos) para a 3ª (terceira) série; (d) 1,30% (um inteiro e trinta centésimos) para a 4ª (quarta) série; (e) 1,30% (um inteiro e trinta centésimos) para a 5ª (quinta) série; (f) 1,33% (um inteiro e trinta e três centésimos) para a 6ª (sexta) série; (g) 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos) para a 7ª (sétima) série; (h) 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos) para a 8ª (oitava) série; (i) 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos) para a 9ª (nona) série; (j) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos) para a 10ª (décima) série; (k) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos) para a 11ª (décima primeira) série; (l) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos) para a 12ª (décima segunda) série; (m) 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos) para a 13ª (décima terceira) série; (n) 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos) para a 14ª (décima quarta) série; (o) 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos) para a 15ª (décima quinta) série; (p) 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos) para a 16ª (décima sexta) série; (q) 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos) para a 17ª (décima sétima) série; e (r) 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos) para a 18ª (décima oitava) série, calculado de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo existente das notas promissórias era de R\$345,3 milhões.

Em 29 de outubro de 2018, a Movida Locação de Veículos efetuou uma captação por meio do Fundo Constitucional do Nordeste (“FNE”), junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de R\$116 milhões, ao custo de IPCA + 2,08% ao ano e vencimento em 15 de julho de 2022. Em dezembro de 2019 foram captados R\$47 milhões adicionais nessa linha de crédito. Este financiamento possui pagamento mensal de juros e principal (com três meses de carência). A FNE conta com carta de fiança bancária no montante total do empréstimo. Além disso, o financiamento prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais, porém não estabelece *covenants* financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo existente era de R\$134,3 milhões.

Em 27 de julho de 2017, foi aprovada a emissão da 1ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Participações, com emissão em 31 de julho de 2017. A Emissão foi realizada em duas séries, sendo que as Debêntures da Primeira Série, com valor total de R\$150 milhões (150.000 debêntures), fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido de 1,55% a.a, com vencimento em 15/07/2020. As Debêntures da Segunda Série, com valor total de R\$250 milhões (250.000 debêntures), fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido de 2,7% a.a., com vencimento em 15/07/2022. O valor nominal unitário da primeira emissão será amortizado em duas parcelas iguais (50% do valor) em 15 de julho de 2019 e 15 de julho de 2020. Para a segunda emissão, a amortização do principal se dará duas parcelas iguais (50% do valor) em 15 de julho

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2021 e 15 de julho de 2022. A escritura da referida emissão possui cláusulas de vencimento antecipado, destacando-se o estabelecimento de *covenants* financeiros à empresa, a qual deve manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo existente era de R\$20,4 milhões.

Em 16 de abril de 2018, foi aprovada a emissão da 1ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária da sua subsidiária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Locação de Veículos S.A., com emissão em 13 de abril de 2018. A Emissão foi realizada em série única, com valor total de 250,0 milhões, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido de 2,0% a.a., com vencimento em 13/04/2023. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo existente era de R\$253,3 milhões.

Em 10 de maio de 2018, foi aprovada a emissão da 2ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária da sua subsidiária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Participações S.A. A Emissão foi realizada no valor de até 450,0 milhões com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data da emissão. A Emissão foi realizada em até 3 (três) séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a existência de cada série e a quantidade de Debêntures emitidas e a Remuneração de cada foi definida conforme o procedimento de Bookbuilding. As Debêntures da Primeira Série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo, acrescido exponencialmente de um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o procedimento de Bookbuilding, limitado a uma taxa máxima de 1,60% ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2021. As Debêntures da Segunda Série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,20% ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2023. As Debêntures da Terceira Série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extragrupo, acrescido exponencialmente de um determinado percentual ao ano, limitado a uma taxa máxima de 1,90% ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2023. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo existente era de R\$450,1 milhões.

Em 21 de novembro de 2018, foi aprovada a emissão da 3ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Participações S.A.. A Emissão foi realizada em 3 (três) séries, sendo que a 2ª e 3ª série são *Exchange* da 1ª emissão da Movida Participações S.A., no valor de R\$600,0 milhões, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data da emissão. As Debêntures da primeira série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), acrescido exponencialmente de um determinado percentual, a 1,85% ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2024. As Debêntures da segunda série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2024. As Debêntures da terceira série, por fim, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2024. O valor nominal unitário das Debêntures de cada uma das séries será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo (i) a primeira parcela paga ao final do 42ª (quadragésimo segundo) mês contado da data de emissão, portanto, em 07 de junho de 2022; (ii) a segunda parcela paga ao final do 54ª (quinquagésimo quarto) mês contado da data de emissão, portanto, em 07 de junho de 2023; e (iii) a terceira parcela paga na data de vencimento das Debêntures. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo existente era de R\$591,9 milhões.

Em 28 de maio de 2019, foi aprovada a emissão da 4ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Participações S.A. A Emissão foi realizada em 3 (três) séries, no valor de R\$700,0 milhões, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data da emissão. As Debêntures da primeira série fazem jus



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), acrescido exponencialmente de um determinado percentual, a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2022. As Debêntures da segunda série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2024. As Debêntures da terceira série, por fim, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa ou spread equivalente a 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), com vencimento em 2027. O valor nominal unitário das Debêntures de Primeira série será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo (i) a primeira parcela paga em 01 de outubro de 2021, correspondente a 30,00%, e (ii) a segunda parcela paga na data de vencimento das Debentures de Primeira Série, em 03 de outubro de 2022, correspondente a 70,00%. Para as Debentures de Segunda série será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo (i) primeira parcela paga ao final do 49º (quadragésimo nono) mês contado da Data de Emissão, portanto, em 27 de julho de 2023, correspondente a 50,00%; (ii) a segunda parcela paga na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, em 27 de julho de 2024, correspondente a 50,00%. E a amortização da Terceira série será em 3 (três) parcelas, sendo (i) a primeira parcela paga ao final do 73º (septuagésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, portanto, em 27 de julho de 2025, correspondente a 33,33%; (ii) a segunda parcela paga ao final do 85º (octogésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, portanto, em 27 de julho de 2026, correspondente a 33,33%; e (iii) a terceira parcela paga na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, em 27 de julho de 2027, correspondente a 33,3334%. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo existente era de R\$718,4 milhões.

Em 19 de junho de 2019, foi aprovada a emissão da 3ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da sua subsidiária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Locação de Veículos S.A., com emissão em 24 de junho de 2019. A Emissão foi realizada em série única, com valor total de 200,0 milhões, fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido de 1,6% a.a., com vencimento em 24/01/2024. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo existente era de R\$206,3 milhões.

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Para informações sobre a natureza e prazo de vencimento das dívidas da Companhia, ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

### (iv) Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

No âmbito de todas as Emissões de Debêntures Simples da Companhia, a Companhia, deve manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida para fins de *covenant* pelo EBITDA para fins de *covenant* igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA para fins de *covenant* igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida para fins de *covenant* correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses. As definições referentes aos conceitos considerados estão abaixo.

(a) Dívida Financeira Líquida para fins de *covenant* significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures, risco sacado e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez até 360 dias; e

(b) EBITDA para fins de *covenant* corresponde ao lucro líquido ou prejuízo da Companhia, em bases consolidadas, relativo aos 12 últimos meses. Antes: (i) do resultado financeiro; (ii) do imposto de renda e da contribuição social; e (iii) das despesas de depreciação e amortização. Para todas as emissões do grupo, o EBITDA para fins de *covenant* é ajustado ainda pela *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais.

A Companhia tem obrigação de dar em garantia, aos debenturistas, alienação fiduciária de veículos *pari passu*, caso exceda mais de 50% de seu ativo imobilizado líquido e bens disponibilizado para venda alienado.

### (g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 19 de junho de 2018, foi efetuada uma captação, no valor de R\$224,3 milhões, com vencimento em 30 de junho de 2021. Do montante total já foi desembolsado R\$163,6 milhões, que foram utilizados para estratégia de capital de giro.

### (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Dessa forma, apresenta-se a seguir os principais fatores que afetaram os principais componentes do resultado (i) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 (ii) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

#### COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

|  | 31/12/2019     | AV           | 31/12/2018     | AV           | AH           | R\$            |
|--|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|----------------|
| Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços | 3.836.044      | 100,0%       | 2.538.599      | 100,0%       | 51,1%        | 1.297.445      |
| (-) Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços     | -2.896.435     | -75,5%       | -1.731.963     | -68,2%       | 67,2%        | -1.164.472     |
| <b>(=) Lucro bruto</b>   | <b>939.609</b> | <b>24,5%</b> | <b>806.636</b> | <b>31,8%</b> | <b>16,5%</b> | <b>132.973</b> |
| Despesas Gerais e Administrativas  | -460.116       | -12,0%       | -370.899       | -14,6%       | 24,1%        | -89.217        |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas  | -11.305        | -0,3%        | -56.010        | -2,2%        | -79,8%       | 44.705         |
| <b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>                             | <b>468.188</b> | <b>12,2%</b> | <b>379.727</b> | <b>15,0%</b> | <b>23,3%</b> | <b>88.461</b>  |
| Resultado financeiro   | -187.330       | -4,9%        | -172.785       | -6,8%        | 8,4%         | -14.545        |
| <b>(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>                               | <b>280.858</b> | <b>7,3%</b>  | <b>206.942</b> | <b>8,2%</b>  | <b>35,7%</b> | <b>73.916</b>  |
| Imposto de renda e contribuição social   | -53.043        | -1,4%        | -47.188        | -1,9%        | 12,4%        | -5.855         |
| <b>Lucro líquido do período</b>  | <b>227.815</b> | <b>5,9%</b>  | <b>159.754</b> | <b>6,3%</b>  | <b>42,6%</b> | <b>68.061</b>  |

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")***

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$3.836,0 milhões, comparativamente a R\$2.538,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação de R\$1.297,4 milhões devido:

(i) ao aumento na receita líquida para Rent-a-Car (RAC) que alcançou R\$3.070,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 partindo de R\$2.124,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou R\$946,0 milhões devido ao crescimento das receitas de vendas de veículos utilizados na prestação de serviços de R\$672,8 milhões por conta do aumento de 15.311 carros vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período do ano anterior. Os Diretores da Companhia entendem que o crescimento na receita de prestação de serviços de R\$273,3 milhões foi principalmente em função do crescimento da frota em 12,3% no período, somando à expansão de 4% na receita média por carro (receita bruta dividido por frota média operacional); e

(ii) ao aumento na receita líquida para Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) que alcançou R\$765,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, partindo de R\$414,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou R\$351,4 milhões, por conta da expansão da receita de prestação de serviços em R\$161,9 milhões devido à adição de 8.913 veículos na frota média operacional. Houve um aumento na receita média por carro em razão da mudança do perfil dos contratos para usos mais leves e administrativos. Além disso, as vendas de ativos utilizados na prestação de serviços expandiram em R\$189,6 milhões devido a adição de 5.909 veículos no volume de vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 com relação ao mesmo período de 2018.

### ***Custo Total***

O Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.896,4 milhões comparativamente a R\$1.732,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R\$1.164,5 milhões ou 67,2% devido:

(i) ao aumento no custo de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços em RAC que alcançou R\$2.373,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 partindo de R\$1.514,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou R\$858,7 milhões. Os custos de venda de ativos aumentaram R\$661,5 milhões devido ao maior volume de vendas, também influenciado pela mudança nas taxas de depreciação. Já o custo de prestação de serviços aumentou R\$197,2 milhões devido à reclassificação dos valores recebidos de reembolsos de avarias, multas e combustível, que antes estavam classificados como redutor do custo e passaram para a receita de serviços.

(ii) ao aumento no custo de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços em GTF que alcançou R\$523,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 partindo de R\$217,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os custos de venda de ativos utilizados na prestação de serviços aumentaram R\$122,8 milhões devido ao maior volume de vendas, também influenciado pela mudança nas taxas de depreciação. Já o custo de prestação de serviços aumentou R\$183,0 milhões devido à nova escala da companhia, que cresceu em 9.004 veículos.

### ***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$939,6 milhões comparativamente a R\$806,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação de R\$133,0 milhões. A margem bruta foi de 24,5% e 31,8% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente, devido principalmente ao aumento do resultado de venda de ativos, que possui margens estruturalmente menores, em velocidade mais rápida do que o aumento no resultado da prestação de serviços.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Despesas Gerais e Administrativas***

As Despesas Gerais e Administrativas foram de R\$436,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparativamente a R\$372,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação de R\$64,6 milhões ou 17,3%. Esse crescimento é atribuído especialmente ao aumento das despesas administrativas, que foi no valor de R\$32,6 milhões, em decorrência do crescimento da estrutura administrativa com contratação de equipes, especialmente em equipes como crédito e cobrança, precificação e tecnologia da informação. As despesas comerciais também cresceram R\$31,9 milhões, devido ao reforço do time comercial face ao crescimento da Companhia.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos***

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$34,6 milhões comparativamente a R\$54,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma melhora de R\$20,0 milhões. Os principais componentes dessa linha no período foram pelo resultado na venda de veículos avariados que passou de R\$74,4 milhões em 2018 para R\$43,2 milhões em 2019 mesmo com o crescimento de frota, entre outros.

### ***Resultado Financeiro***

O resultado financeiro líquido alcançou R\$187,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 partindo de R\$172,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As taxas de cartão de crédito passaram a ser contabilizadas como operacionais, e não financeiras, a partir do exercício de 2019. O aumento do resultado financeiro é oriundo da maior dívida líquida compensando pelo menor custo de dívida.

### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos***

A despesa do imposto de renda e contribuição social foi de R\$53,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com de R\$47,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, aumento de R\$5,9 milhões. Esse movimento se deu em razão do aumento do imposto de renda e da contribuição social da Companhia calculados à alíquota nominal, compensado parcialmente pelo maior crédito de Juros sobre Capital Próprio e pela adoção de programas como Lei do Bem que trazem benefício fiscal.

### ***Lucro líquido do período***

Lucro do exercício das operações continuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$227,8 milhões, em comparação com R\$159,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, aumento de R\$68,1 milhões. Esse aumento de 42,6% se deu em razão dos fatores explicados acima.

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

|  | 31/12/2018     | AV           | 31/12/2017     | AV           | AH           | R\$            |
|--|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|----------------|
| Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços | 2.538.599      | 100,0%       | 2.467.983      | 100,0%       | 2,9%         | 70.616         |
| (-) Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços     | -1.731.963     | -68,2%       | -1.823.113     | -73,9%       | -5,0%        | 91.150         |
| <b>(=) Lucro bruto</b>   | <b>806.636</b> | <b>31,8%</b> | <b>644.870</b> | <b>26,1%</b> | <b>25,1%</b> | <b>161.766</b> |
| Despesas Gerais e Administrativas  | -370.899       | -14,6%       | -318.881       | -13,0%       | 16,3%        | -52.018        |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas  | -56.010        | -2,2%        | -73.881        | -3,0%        | -24,2%       | 17.871         |
| <b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>                             | <b>379.727</b> | <b>15,0%</b> | <b>252.108</b> | <b>10,2%</b> | <b>50,6%</b> | <b>127.619</b> |

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

|   |                |             |               |             |               |               |
|---|----------------|-------------|---------------|-------------|---------------|---------------|
| Resultado financeiro  | -172.785       | -6,8%       | -161.795      | -6,6%       | 6,8%          | -10.990       |
| (=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social   | 206.942        | 8,2%        | 90.313        | 3,7%        | 129,1%        | 116.629       |
| Imposto de renda e contribuição social                      | -47.188        | -1,9%       | -24.570       | -1,0%       | 92,1%         | -22.618       |
| <b>Lucro líquido do exercício das operações continuadas</b> | <b>159.754</b> | <b>6,3%</b> | <b>65.743</b> | <b>2,7%</b> | <b>143,0%</b> | <b>94.011</b> |
| Resultado líquido das operações descontinuadas              | 0              | 0           | 723           | 0,0%        | -100,0%       | -723          |
| <b>Lucro Líquido do Exercício</b>                           | <b>159.754</b> | <b>6,3%</b> | <b>66.466</b> | <b>2,7%</b> | <b>140,4%</b> | <b>93.288</b> |

***Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")***

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.538,6 milhões, comparativamente a R\$2.468,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma variação de R\$70,6 milhões devido:

(i) ao aumento receita líquida para GTF alcançou R\$414,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 partindo de R\$315,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou R\$98,8 milhões, em decorrência do crescimento da receita de prestação de serviços de R\$97,4 milhões no período devido à adição de 49,2% no número de diárias, além do aumento nas vendas de ativos utilizados na prestação de serviços em R\$1,4 milhões e;

(ii) à retração receita líquida para RAC que foi de R\$2.124,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 partindo de R\$2.152,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou R\$28,2 milhões, em decorrência da queda das vendas de ativos utilizados na prestação de serviços de R\$111,6 milhões devido a um mercado de seminovos mais desafiador parcialmente compensado pela crescimento da receita de prestação de serviços de R\$83,4 milhões, em função do aumento do volume de diárias no RAC que totalizou 21,9% no período.

***Custo Total***

O Custo das prestações de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.732,0 milhões comparativamente a R\$1.823,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma queda de R\$91,2 milhões ou 5,0% devido:

(i) à diminuição no custo de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços de RAC que alcançou R\$1.514,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 partindo de R\$1.633,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou R\$118,8 milhões. Os custos de venda de ativos diminuíram R\$81,0 milhões devido ao menor volume de vendas, também influenciado pela mudança nas taxas de depreciação. Já o custo de prestação de serviços diminuiu R\$37,8 milhões devido à reclassificação dos valores recebidos de reembolsos de avarias, multas e combustível, que antes estavam classificados como receita e passaram para redutor de custo devido a implantação do IFRS 15/CPC 47.

(ii) ao aumento no custo de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços de GTF que alcançou R\$217,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 partindo de R\$189,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os custos de venda de ativos utilizados na prestação de serviços diminuíram R\$2,8 milhões devido ao menor volume de vendas, também influenciado pela mudança nas taxas de depreciação. Já o custo de prestação de serviços aumentou R\$30,4 milhões devido à nova escala da companhia, que cresceu em 10.897 veículos.

***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$806,6 milhões comparativamente a R\$644,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

representou uma variação de R\$161,8 milhões. A margem bruta foi de 31,8% e 26,1% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente, devido principalmente ao aumento na margem bruta de RAC que alcançou 28,7% partindo de 24,1%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente, e ao aumento na margem bruta de GTF que alcançou 47,5% partindo de 39,9%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente, por conta do aumento da receita em velocidade maior do que o aumento do custo, como explicado nos tópicos anteriores.

### ***Despesas Gerais e Administrativas***

As Despesas Gerais e Administrativas foram de R\$370,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparativamente a R\$318,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma variação de R\$52,0 milhões ou 16,3%. Esse crescimento é atribuído especialmente ao aumento das despesas administrativas, que foi no valor de R\$36,5 milhões, em decorrência do crescimento da estrutura administrativa com contratação de equipes, incluindo diretores focados nas linhas de negócio e que contribuíram para a maturação de processos e execução. As despesas comerciais também cresceram R\$44,2 milhões, devido à maior escala na oferta de serviços da Companhia.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas***

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$56,0 milhões comparativamente a R\$73,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou evolução positiva de R\$17,9 milhões. Os principais componentes dessa linha no período foram pelo resultado na venda de veículos avariados que passou de R\$86,5 milhões em 2017 para R\$74,4 milhões em 2018 mesmo com o crescimento de frota, entre outros.

### ***Resultado Financeiro***

O resultado financeiro líquido alcançou R\$172,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 partindo de R\$161,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A variação deve-se a um aumento das despesas financeiras com juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, juros de risco sacado - montadora e encargos arrendamento mercantil de R\$1,3 milhões mais uma queda nas receitas de aplicações financeiras de R\$8,1 milhões.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A despesa do imposto de renda e contribuição social foi de R\$47,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$24,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$22,6 milhões. Esse movimento se deu em razão do aumento do imposto de renda e da contribuição social da Companhia calculados à alíquota nominal em R\$39,3 milhões, parcialmente compensado pelo aumento no crédito dos juros de remuneração de capital de R\$25,0 milhões.

### ***Lucro líquido do exercício***

Lucro do exercício das operações continuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$159,8 milhões, em comparação com R\$66,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de 141,0% se deu em razão dos fatores explicados acima.

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

|   | 31/12/2019 | AV     | 31/12/2018 | AV     | AH    | R\$      |
|---|------------|--------|------------|--------|-------|----------|
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais    | -1.132.708 | 604,9% | -1.018.773 | 670,7% | 11,2% | -113.935 |
| Caixa líquido (gerado) utilizado nas atividades de investimento | -91.854    | 49,1%  | -50.493    | 33,2%  | 81,9% | -41.361  |

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

|  |                 |               |                 |               |              |                |
|--|-----------------|---------------|-----------------|---------------|--------------|----------------|
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento         | 1.037.313       | -554,0%       | 917.367         | -603,9%       | 13,1%        | 119.946        |
| <b><u>Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa</u></b> | <b>-187.249</b> | <b>100,0%</b> | <b>-151.899</b> | <b>100,0%</b> | <b>23,3%</b> | <b>-35.350</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa                                  |                 |               |                 |               |              |                |
| No início do período   | 259.482         | -138,6%       | 411.381         | -270,8%       | -36,9%       | -151.899       |
| No final do período  | 72.233          | -38,6%        | 259.482         | -170,8%       | -72,2%       | -187.249       |
| <b>Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>        | <b>-187.249</b> | <b>100,0%</b> | <b>-151.899</b> | <b>100,0%</b> | <b>23,3%</b> | <b>-35.350</b> |

**Caixa utilizado nas atividades operacionais**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa utilizado nas atividades operacionais aumentou em R\$113,9 milhões, ou 11,2%, passando de R\$1.018,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.132,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse movimento ocorreu principalmente devido ao maior lucro antes do imposto de renda e à geração de caixa proveniente da venda de ativos utilizados na locação e prestação de serviços.

**Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento aumentou em R\$41,4 milhões, passando de R\$50,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$91,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido a adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível abrangendo a implantação de softwares como Pesquisa e Desenvolvimento, Nova Estrutura de Segurança, Gestão Controle Frota e Precificação Flexível.

**Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento aumentou em R\$119,9 milhões, passando de R\$917,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.037,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse movimento ocorreu principalmente devido ao aumento de capital mediante subscrição de ações, líquido de R\$513,3 milhões, parcialmente compensado pelo aumento nos pagamentos de debêntures, empréstimos e financiamentos, que foi de R\$943,6 milhões.

**Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa**

Os Diretores da Companhia informam que houve um aumento na utilização do caixa e equivalentes de caixa em R\$35,4 milhões, passando de um consumo de R\$151,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$187,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, fruto final das variações acima detalhadas.

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

|  | 31/12/2018      | AV            | 31/12/2017     | AV            | AH             | R\$             |
|--|-----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|-----------------|
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais   | -1.018.773      | 670,7%        | -1.020.472     | -285,2%       | -0,2%          | 1.699           |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos        | -50.493         | 33,2%         | -18.085        | -5,1%         | 179,2%         | -32.408         |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos        | 917.367         | -603,9%       | 1.396.362      | 390,3%        | -34,3%         | -478.995        |
| <b><u>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</u></b> | <b>-151.899</b> | <b>100,0%</b> | <b>357.805</b> | <b>100,0%</b> | <b>-142,5%</b> | <b>-509.704</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa                                  |                 |               |                |               |                |                 |
| No início do exercício   | 411.381         | -270,8%       | 53.576         | 15,0%         | 667,8%         | 357.805         |
| No final do exercício  | 259.482         | -170,8%       | 411.381        | 115,0%        | -36,9%         | -151.899        |
| <b>Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>        | <b>-151.899</b> | <b>100,0%</b> | <b>357.805</b> | <b>100,0%</b> | <b>-142,5%</b> | <b>-509.704</b> |

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa utilizado nas atividades operacionais reduziu em R\$1,7 milhão, passando de R\$1.020,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.018,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse movimento ocorreu principalmente devido à redução dos recebimentos líquidos (contas a receber) de R\$253,5 milhões, parcialmente compensados, por resgates líquidos de títulos e valores mobiliários de R\$121,9 milhões e redução de imobilizado operacional de R\$79,5 milhões e redução nos pagamentos líquidos aos fornecedores de R\$62,1 milhões.

**Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento**

Os Diretores da Companhia informam que o houve um aumento no caixa líquido utilizado nas atividades de investimento de R\$32,4 milhões, passando de R\$18,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$50,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse movimento ocorreu principalmente devido ao aumento na compra de ativo imobilizados de R\$13,6 milhões, relacionado principalmente ao investimento na estrutura da sede administrativa e gastos com ativos intangíveis aumentou de R\$21,1 milhões, majoritariamente devido à implantação de softwares como SAP e CRM.

**Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento**

Os Diretores da Companhia informam que o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento reduziu em R\$479,0 milhões. Este resultado está relacionado ao aumento de capital do IPO líquido dos custos de oferta de R\$499,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, parcialmente compensados pelo aumento de capital mediante subscrição de ações de R\$312,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Além disso, os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2018 houve um aumento dos pagamentos de arrendamento financeiro empréstimos e financiamentos e debêntures de R\$533,6 milhões, parcialmente compensado pelo aumento das emissões de debêntures e captação de novos empréstimos e financiamentos de R\$187,8 milhões.

**Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa**

Os Diretores da Companhia informam que a variação do caixa e equivalentes de caixa foi negativa em R\$509,7 milhões, passando de uma geração de R\$357,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um consumo de R\$151,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, fruto final das variações acima detalhadas.

**BALANÇO PATRIMONIAL****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

| ATIVO  | 31 de dezembro de 2018 | AV    | 31 de dezembro de 2019 | AV    | AH      | R\$       |
|--|------------------------|-------|------------------------|-------|---------|-----------|
| <b>Circulante</b>                                |                        |       |                        |       |         |           |
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 259.482                | 5,0%  | 72.233                 | 1,0%  | -72,2%  | (187.249) |
| Títulos e valores mobiliários                    | 552.669                | 10,6% | 974.872                | 13,5% | 76,4%   | 422.203   |
| Contas a receber                                 | 351.896                | 6,8%  | 539.263                | 7,4%  | 53,2%   | 187.367   |
| Tributos a recuperar                             | 48.202                 | 0,9%  | 86.235                 | 1,2%  | 78,9%   | 38.033    |
| Outros créditos                                  | 282                    | 0,0%  | 6.634                  | 0,1%  | 2252,5% | 6.352     |
| Despesas antecipadas                             | 6.134                  | 0,1%  | 6.212                  | 0,1%  | 1,3%    | 78        |
| Ativo imobilizado disponibilizado para venda     | 215.901                | 4,2%  | 262.331                | 3,6%  | 21,5%   | 46.430    |
| Adiantamento de Terceiros                        | 1.375                  | 0,0%  | 1.418                  | 0,0%  | 3,1%    | 43        |
|  | 1.435.941              | 27,7% | 1.949.198              | 26,9% | 35,7%   | 513.257   |
|  |                        |       |                        |       |         |           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 35.748                 | 0,7%  | 87.660                 | 1,2%  | 145,2%  | 51.912    |
| Depósitos judiciais                              | 1.136                  | 0,0%  | 1.766                  | 0,0%  | 55,5%   | 630       |
| Tributos a recuperar                             | 19.048                 | 0,4%  | 28.793                 | 0,4%  | 51,2%   | 9.745     |
| Contas a receber                                 | 4.114                  | 0,1%  | 4.181                  | 0,1%  | 1,6%    | 67        |
|  | 60.046                 | 1,2%  | 122.400                | 1,7%  | 103,8%  | 62.354    |
| Investimentos                                    | 1.043                  | 0,0%  | 1.107                  | 0,0%  | 6,1%    | 64        |
| Imobilizado                                      | 3.647.351              | 70,2% | 5.063.359              | 69,9% | 38,8%   | 1.416.008 |
| Intangível                                       | 47.920                 | 0,9%  | 106.768                | 1,5%  | 122,8%  | 58.848    |
|  | 3.696.314              | 71,2% | 5.171.234              | 71,4% | 39,9%   | 1.474.920 |



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

|                       |                  |               |                  |               |              |                  |
|-----------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|--------------|------------------|
| <b>Total do ativo</b> | <b>5.192.301</b> | <b>100,0%</b> | <b>7.242.832</b> | <b>100,0%</b> | <b>39,5%</b> | <b>2.050.531</b> |
|-----------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|--------------|------------------|

| <b>PASSIVO</b>                                     | <b>31 de dezembro de 2018</b> | <b>AV</b>     | <b>31 de dezembro de 2019</b> | <b>AV</b>    | <b>AH</b>    | <b>R\$</b>       |
|--|-------------------------------|---------------|-------------------------------|--------------|--------------|------------------|
| <b>Circulante</b>                                  |                               |               |                               |              |              |                  |
| Empréstimos e financiamentos                       | 364.344                       | 7,0%          | 417.061                       | 5,8%         | 14,5%        | 52.717           |
| Risco sacado a pagar – Montadoras                  | -                             | 0,0%          | -                             | 0,0%         | n.a.         | -                |
| Debêntures   | 117.078                       | 2,3%          | 176.697                       | 2,4%         | 50,9%        | 59.619           |
| Arrendamentos a pagar                              | 1.958                         | 0,0%          | 53.454                        | 0,7%         | 2630,0%      | 51.496           |
| Fornecedores                                       | 972.671                       | 18,7%         | 1.404.469                     | 19,4%        | 44,4%        | 431.798          |
| Obrigações trabalhistas                            | 48.425                        | 0,9%          | 43.063                        | 0,6%         | -11,1%       | (5.362)          |
| Tributos a recolher                                | 7.885                         | 0,2%          | 15.528                        | 0,2%         | 96,9%        | 7.643            |
| IR e CS a pagar                                    | 9.319                         | 0,2%          | -                             | 0,0%         | -100,0%      | (9.319)          |
| Outras contas a pagar                              | 66.733                        | 1,3%          | 72.371                        | 1,0%         | 8,4%         | 5.638            |
| Dividendos a pagar                                 | 54.468                        | 1,0%          | 56.736                        | 0,8%         | 4,2%         | 2.268            |
|  | 1.642.881                     | 31,6%         | 2.239.379                     | 30,9%        | 36,3%        | 596.498          |
| Empréstimos e financiamentos                       | 681.590                       | 36,1%         | 209.728                       | 2,9%         | -69,2%       | (471.862)        |
| Debêntures   | 1.100.659                     | 58,2%         | 2.144.553                     | 29,6%        | 94,8%        | 1.043.894        |
| Arrendamentos a pagar                              | 303                           | 0,0%          | 142.692                       | 2,0%         | 46993,1%     | 142.389          |
| Provisão para demandas judiciais e administrativas | 5.509                         | 0,3%          | 5.051                         | 0,1%         | -8,3%        | (458)            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | 101.317                       | 5,4%          | 199.545                       | 2,8%         | 97,0%        | 98.228           |
| Outras contas a pagar                              | 1.200                         | -             | 870                           | 0,0%         | -27,5%       | (330)            |
|  | 1.890.578                     | 100,0%        | 2.702.439                     | 37,3%        | 42,9%        | 811.861          |
| Capital social                                     | 1.490.141                     | 28,7%         | 2.009.942                     | 27,8%        | 34,9%        | 519.801          |
| Reserva de capital                                 | 50.973                        | 1,0%          | 64.795                        | 0,9%         | 27,1%        | 13.822           |
| Ações em tesouraria                                | (8.518)                       | -0,2%         | (20.299)                      | -0,3%        | 138,3%       | (11.781)         |
| Reservas de lucros                                 | 126.246                       | 2,4%          | 246.561                       | 3,4%         | 95,3%        | 120.315          |
|  | 1.658.842                     | 87,7%         | 2.300.999                     | 31,8%        | 38,7%        | 642.157          |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                 | <b>1.658.842</b>              | <b>87,7%</b>  | <b>2.300.999</b>              | <b>31,8%</b> | <b>38,7%</b> | <b>642.157</b>   |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>       | <b>5.192.301</b>              | <b>274,6%</b> | <b>7.242.817</b>              | <b>0,0%</b>  | <b>39,5%</b> | <b>2.050.516</b> |

**Ativo**

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2019, o total do ativo aumentou em R\$2.050,5 milhões, passando de R\$5.192,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$7.242,8 milhões, conforme detalhamento abaixo.

**Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (curto e longo prazos)**

O caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia aumentaram em R\$234,9 milhões, ou 28,9%, passando de R\$812,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.047,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. O saldo final do caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários foi impactado por captações como a 3ª emissão de Debêntures da Movida Participações, parcialmente compensadas pela compra de mais de 16 mil carros para expansão da frota, pagamento de juros empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debentures e pagamento de imposto de renda e contribuição social.

**Contas a Receber (curto e longo prazos)**

Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber aumentaram em R\$187,4 milhões, ou 53,2% passando de R\$351,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$539,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, derivado majoritariamente do maior volume de carros vendidos através da operação Seminovos Movida.

**Tributos a recuperar (curto e longo prazos)**

Os Diretores da Companhia informam que os impostos a recuperar aumentaram em R\$47,8 milhões, ou 71,0%, passando de R\$67,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$115,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao aumento do IR retido na fonte.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Despesas antecipadas***

Os Diretores da Companhia informam que as despesas antecipadas ficaram em linha, passando de R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2019.

### ***Ativo imobilizado disponibilizado para venda (renovação da frota)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou em R\$46,4 milhões, ou 21,5%, passando de R\$215,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$262,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido ao aumento dos veículos disponíveis para venda.

### ***Imobilizado***

Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado aumentou em R\$1.416,0 milhões, ou 38,8% passando de R\$3.647,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$5.063,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação é relacionada principalmente com a aquisição de veículos para expansão da frota.

### ***Intangível***

Os Diretores da Companhia informam que o intangível apresentou aumento de R\$58,8 milhões, ou 122,8%, passando de R\$47,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$106,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente relacionado ao investimento em software no período.

### ***Passivo***

#### ***Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de empréstimos e financiamentos diminuiu em R\$419,1 milhões, ou 40,1%, passando de R\$1.045,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$626,8,6 milhões em 31 de dezembro 2019. Essa diminuição se deu em razão da utilização de outras formas de captação, como as debêntures, ao longo do período.

#### ***Debêntures (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de debêntures aumentou em R\$2.321,3 milhões, ou 90,6%, passando de R\$1.217,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.321,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido às captações realizadas, como estratégia de alongamento da dívida.

#### ***Arrendamentos (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações com arrendamentos aumentaram em R\$193,9 milhões, passando de R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$196,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido à amortização de parcelas no período somado a mudança do perfil de financiamento, com maiores prazos e menores custos de captação.

### ***Fornecedores***

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro 2019, o saldo de fornecedores era de R\$1.404,5 milhões, aumento de R\$431,8 milhões, ou 44,4% na comparação com o total de R\$972,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente relacionado a compra de veículo realizado ao longo do ano.

### ***Obrigações trabalhistas***

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações trabalhistas diminuíram em R\$5,4 milhões, ou 11,1%, passando de R\$48,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$43,1 milhões em 31 de dezembro de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Dividendos e juros sobre o capital próprio***

Os Diretores da Companhia informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aumentaram R\$2,3 milhões, ou 4,2% passando de R\$54,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$56,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido à contabilização dos juros sobre capital próprio a serem pagos em 2020, oriundo do aumento do lucro líquido da Companhia em 2019.

***Imposto de Renda e contribuição social diferidos***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo do Imposto de Renda e contribuição social diferidos aumentaram em R\$98,2 milhões, ou 97,0%, passando de R\$101,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$199,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, oriundo da diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, parcialmente compensado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

***Patrimônio Líquido***

Os Diretores da Companhia informam que o patrimônio líquido aumentou em R\$642,2 milhões, ou 38,7%, alcançando R\$2.301,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 partindo de R\$1.658,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função do aumento de capital e do lucro líquido do exercício parcialmente compensado pela distribuição de lucros – dividendos e juros sobre capital próprio.

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

| ATIVO  | 31 de dezembro de 2017 | AV            | 31 de dezembro de 2018 | AV            | AH           | R\$              |
|--|------------------------|---------------|------------------------|---------------|--------------|------------------|
| <b><i>Circulante</i></b>                         |                        |               |                        |               |              |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 411.381                | 10,3%         | 259.482                | 5,0%          | -36,9%       | (151.899)        |
| Títulos e valores mobiliários                    | 372.228                | 9,3%          | 552.669                | 10,6%         | 48,5%        | 180.441          |
| Contas a receber                                 | 157.921                | 3,9%          | 351.896                | 6,8%          | 122,8%       | 193.975          |
| Tributos a recuperar                             | 36.179                 | 0,9%          | 48.202                 | 0,9%          | 33,2%        | 12.023           |
| Outros créditos                                  | 2.300                  | 0,1%          | 282                    | 0,0%          | -87,7%       | (2.018)          |
| Despesas antecipadas                             | 9.107                  | 0,2%          | 6.134                  | 0,1%          | -32,6%       | (2.973)          |
| Ativo imobilizado disponibilizado para venda     | 170.849                | 4,3%          | 215.901                | 4,2%          | 26,4%        | 45.052           |
| Adiantamento de Terceiros                        | 1.373                  | 0,0%          | 1.375                  | 0,0%          | 0,1%         | 2                |
|  | 1.161.338              | 29,0%         | 1.435.941              | 27,7%         | 23,6%        | 274.603          |
| <b><i>Não circulante</i></b>                     |                        |               |                        |               |              |                  |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 18.410                 | 0,5%          | 35.748                 | 0,7%          | 94,2%        | 17.338           |
| Depósitos judiciais                              | 833                    | 0,0%          | 1.136                  | 0,0%          | 36,4%        | 303              |
| Tributos a recuperar                             | -                      | 0,0%          | 19.048                 | 0,4%          | n.a.         | 19.048           |
| Contas a receber                                 | 2.528                  | 0,1%          | 4.114                  | 0,1%          | 62,7%        | 1.586            |
|  | 21.771                 | 0,5%          | 60.046                 | 1,2%          | 175,8%       | 38.275           |
| Investimentos                                    | -                      | 0,0%          | 1.043                  | 0,0%          | n.a.         | 1.043            |
| Imobilizado                                      | 2.799.625              | 69,9%         | 3.647.351              | 70,2%         | 30,3%        | 847.726          |
| Intangível                                       | 23.736                 | 0,6%          | 47.920                 | 0,9%          | 101,9%       | 24.184           |
|  | 2.823.361              | 70,5%         | 3.696.314              | 71,2%         | 30,9%        | 872.953          |
| <b>Total do ativo</b>                            | <b>4.006.470</b>       | <b>100,0%</b> | <b>5.192.301</b>       | <b>100,0%</b> | <b>29,6%</b> | <b>1.185.831</b> |

| PASSIVO                           | 31 de dezembro de 2017 | AV    | 31 de dezembro de 2018 | AV    | AH      | R\$       |
|-----------------------------------|------------------------|-------|------------------------|-------|---------|-----------|
| <b><i>Circulante</i></b>          |                        |       |                        |       |         |           |
| Empréstimos e financiamentos      | 215.776                | 5,4%  | 364.344                | 7,0%  | 68,9%   | 148.568   |
| Risco sacado a pagar – Montadoras | 228.769                | 5,7%  | -                      | 0,0%  | -100,0% | (228.769) |
| Debêntures                        | 321.943                | 8,0%  | 117.078                | 2,3%  | -63,6%  | (204.865) |
| Arrendamentos financeiros a pagar | 57.140                 | 1,4%  | 1.958                  | 0,0%  | -96,6%  | (55.182)  |
| Fornecedores                      | 716.062                | 17,9% | 972.671                | 18,7% | 35,8%   | 256.609   |
| Obrigações trabalhistas           | 29.142                 | 0,7%  | 48.425                 | 0,9%  | 66,2%   | 19.283    |
| Tributos a recolher               | 14.849                 | 0,4%  | 7.885                  | 0,2%  | -46,9%  | (6.964)   |

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

|  |           |        |           |        |        |           |
|--|-----------|--------|-----------|--------|--------|-----------|
| IR e CS a pagar                                    | -         | 0,0%   | 9.319     | 0,2%   | n.a.   | 9.319     |
| Outras contas a pagar                              | 18.560    | 0,5%   | 66.733    | 1,3%   | 259,6% | 48.173    |
| Dividendos a pagar                                 | 13.536    | 0,3%   | 54.468    | 1,0%   | 302,4% | 40.932    |
|  | 1.615.777 | 40,3%  | 1.642.881 | 31,6%  | 1,7%   | 27.104    |
| <b>Não circulante</b>                              |           |        |           |        |        |           |
| Empréstimos e financiamentos                       | 632.458   | 15,8%  | 681.590   | 13,1%  | 7,8%   | 49.132    |
| Debêntures   | 398.016   | 9,9%   | 1.100.659 | 21,2%  | 176,5% | 702.643   |
| Arrendamentos financeiros a pagar                  | 6.938     | 0,2%   | 303       | 0,0%   | -95,6% | (6.635)   |
| Provisão para demandas judiciais e administrativas | 3.451     | 0,1%   | 5.509     | 0,1%   | 59,6%  | 2.058     |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | 64.990    | 1,6%   | 101.317   | 2,0%   | 55,9%  | 36.327    |
| Outras contas a pagar                              | -         | 0,0%   | 1.200     | -      | n.a.   | 1.200     |
|  | 1.105.853 | 27,6%  | 1.890.578 | 36,4%  | 71,0%  | 784.725   |
| <b>Patrimônio líquido</b>                          |           |        |           |        |        |           |
| Capital social                                     | 1.177.581 | 29,4%  | 1.490.141 | 28,7%  | 26,5%  | 312.560   |
| Reserva de capital                                 | 50.443    | 1,3%   | 50.973    | 1,0%   | 1,1%   | 530       |
| Ações em tesouraria                                | -         | 0,0%   | (8.518)   | -0,2%  | n.a.   | (8.518)   |
| Reservas de lucros                                 | 56.816    | 1,4%   | 126.246   | 2,4%   | 122,2% | 69.430    |
|  | 1.284.840 | 32,1%  | 1.658.842 | 31,9%  | 29,1%  | 374.002   |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                 | 1.284.840 | 32,1%  | 1.658.842 | 31,9%  | 29,1%  | 374.002   |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>       | 4.006.470 | 100,0% | 5.192.301 | 100,0% | 29,6%  | 1.185.831 |

**Ativo**

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2018, o total do ativo apresentou um aumento de R\$1.186,0 milhões, ou 29,6%, passando de R\$4.006,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$5.192,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, conforme detalhamento abaixo.

***Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (curto e longo prazos)***

O caixa e equivalente de caixa e título e valores monetários da Companhia aumentaram em R\$28,6 milhões passando de R\$783,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$812,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. O saldo final do caixa e equivalente de caixa e título e valores monetários é decorrente das captações efetivadas no período, do aumento de capital, parcialmente compensado por uma utilização do fluxo de caixa nas atividades operacionais decorrente da aquisição de veículos.

***Contas a Receber (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber aumentaram em R\$195,6 milhões, ou 121,9% passando de R\$160,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$356,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, derivado especialmente do aumento de vendas de ativos no atacado concentrados no final do ano de 2018, que possuem um maior prazo médio de recebimento.

***Tributos a recuperar (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que os impostos a recuperar aumentaram em R\$31,0 milhões, ou 85,6%, passando de R\$36,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$67,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente ao aumento do PIS/COFINS devido ao valor residual do reconhecimento de créditos extemporâneos, e IRPJ e CSLL a compensar de retenções e antecipações efetuadas durante o exercício de 2018 e saldo de antecipações remanescentes de exercícios anteriores..

***Ativo imobilizado disponibilizado para venda (renovação da frota)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou em R\$45,1 milhões, ou 26,4%, passando de R\$170,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$215,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 devido ao aumento dos veículos disponíveis para venda.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Imobilizado***

Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado aumentou em R\$847,8 milhões, ou 30,3%, passando de R\$2.799,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$3.647,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação é relacionada principalmente com a adição de veículos para expansão da frota parcialmente compensado pela transferência de veículos para bens disponíveis para a venda.

### ***Intangível***

Os Diretores da Companhia informam que o intangível apresentou aumento de R\$24,2 milhões, ou 102,1%, passando de R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$47,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente relacionado ao investimento em software no período.

### ***Passivo***

#### ***Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$197,6 milhões, ou 23,3%, passando de R\$848,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.045,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu em função das novas captações de Notas Promissórias, CCB e FNE ocorridas no período.

#### ***Risco sacado a pagar - Montadoras***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de risco sacado a pagar (montadoras) reduziu em R\$228,8 milhões, ou 100%, passando de R\$228,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para inexistente em 31 de dezembro de 2018 em função da nova estratégia de financiamento da Companhia.

#### ***Debêntures (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de debêntures aumentou em R\$497,9 milhões, ou 69,2%, passando de R\$719,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.217,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 devido à captações realizadas em 2018, como estratégia de alongamento da dívida.

#### ***Arrendamento financeiro (curto e longo prazos)***

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações com arrendamento financeiro reduziram em R\$61,7 milhões, ou 96,5%, passando de R\$64,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido à amortização de parcelas no período somado a mudança do perfil de financiamento.

### ***Fornecedores***

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro 2018, o saldo de fornecedores era de R\$972,7 milhões, aumento de R\$256,6 milhões, ou 35,8% na comparação com o total de R\$716,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente relacionado a compra de veículos realizada ao longo de 2018.

### ***Obrigações trabalhistas***

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações trabalhistas aumentaram em R\$19,3 milhões, ou 66,3%, passando de R\$29,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$48,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função da expansão no quadro de colaboradores, que passou de 2.953 no final de 2017 para 3.604 em 31 de dezembro de 2018.

### ***Dividendos e juros sobre o capital próprio***

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Os Diretores da Companhia informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aumentaram R\$41,1 milhões, ou 306,7% passando de R\$13,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$54,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido à contabilização dos juros sobre capital próprio a serem pagos em 2019, oriundo do aumento do lucro líquido da Companhia em 2018.

***Imposto de Renda e contribuição social diferidos***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo do Imposto de Renda e contribuição social diferidos aumentaram em R\$36,3 milhões, ou 55,8%, passando de R\$65,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$101,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, oriundo da diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, somado às diferenças temporárias das operações de leasing financeiro, parcialmente compensado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

**Patrimônio Líquido**

Os Diretores da Companhia informam que o patrimônio líquido aumentou em R\$374,0 milhões, ou 29,1%, passando de R\$1.284,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.658,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função do aumento de capital e do lucro líquido do exercício parcialmente compensado pela distribuição de lucros – dividendos e juros sobre capital próprio.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### **(a) Resultados das operações da Companhia, incluindo (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

Em outubro de 2019, a Companhia adotou um novo padrão de apresentação do desempenho financeiro e operacional. A alteração se deu pela reversão da adoção das normas contábeis do CPC 48 / IFRS9 – Instrumentos financeiros e CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e pela alteração na contabilização das taxas do cartão de crédito, que passaram a ser contabilizadas como operacionais, e não financeiras.

As principais fontes de receita da Companhia são decorrentes do resultado de suas atividades operacionais, que consistem na (i) locação de veículos (Rent-a-Car - RAC e Gestão e Terceirização de Frotas - GTF); (ii) desmobilização de ativos utilizados para locação de veículos.

A receita de RAC é derivada do volume de diárias e do preço médio por diária, a qual varia de acordo com o prazo de locação, classe de veículos e serviços adicionais. A receita de GTF é oriunda de um valor de locação mensal, baseado no valor do carro e no prazo do contrato. A receita de venda de ativos é reflexo do volume de carros vendidos e preço médio.

### **(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações das receitas estão relacionadas ao crescimento das atividades e de ajustes de preços face às condições de mercado.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foram constatadas variações nas receitas diretamente decorrentes das modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais.

### **(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e financeiro da Companhia**

Em decorrência dos financiamentos obtidos no último exercício social, um dos principais indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a ser pago da dívida da Companhia. Os Diretores da Companhia esclarecem que a queda do CDI nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 e de 2019 impactou positivamente a Companhia devido a redução do custo de dívida.

A Companhia possui ainda, em menor parte, contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TJLP. Os Diretores da Companhia esclarecem que a redução da TJLP nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 e de 2019, impactou positivamente a Companhia devido à redução dessas taxas.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 e de 2019, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação, tão pouco da variação de preços dos insumos (combustível, peças e manutenção, dentre outros) ou do câmbio.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****a) Introdução ou alienação de segmento operacional Introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve introdução ou alienação de um novo segmento operacional.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária Aquisição da BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda. ("BVHD")**

Em 11 agosto de 2017, a Movida Participações S.A firmou o contrato de compra e venda da BVHD, que atuava sob a marca "*Fleet Services*" e após a aquisição passou a atuar sob a marca "Movida Premium". Localizada na cidade de São Paulo, a controlada presta serviços no segmento de locação corporativa de veículos de luxo possuindo uma frota de 153 veículos, com alto valor agregado, com a receita média por carro 5 vezes maior do que um veículo popular. Como resultado da aquisição, espera-se que a Movida aumente sua presença no mercado de aluguel de carros de luxo aumentando seu portfólio de produtos.

Foi utilizado como data base para formação do preço de aquisição o balanço patrimonial encerrado em 30 de junho de 2017.

O valor da contraprestação paga foi determinado, da seguinte forma:

| Em milhares de reais                                       | Valores contraprestação |
|--|-------------------------|
| Preço contratual da aquisição                              | 22.000                  |
| Caixa líquido na data do contrato                          | 332                     |
|  | <b>22.332</b>           |
| (-) Dívida de Empréstimo assumido                          | (17.532)                |
| (-) Dívida da vendedora com a Movida                       | (465)                   |
| <b>Total das contraprestações</b>                          | <b>4.335</b>            |
| Reserva de contingência (i)                                | (570)                   |
| <b>Caixa desembolsado pela controladora</b>                | <b>3.765</b>            |
| Caixa assumido da operação, na data do termo de fechamento | (393)                   |
| <b>Caixa efetivo desembolsado na operação</b>              | <b>3.372</b>            |

i) O montante de R\$ 570 mil ficará retido pela Movida Participações pelo prazo de seis anos, como garantia de eventuais contingências. Na data da aquisição não havia valores reconhecidos de provisão para contingências na adquirida.

Em 20 de setembro de 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a aquisição da BVHD. Em 11 de outubro de 2017, conforme termo de fechamento, a Movida obteve o controle da operação.

O valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição conforme laudo elaborado com a data base de 30 de setembro de 2017 está demonstrado a seguir:

| Em milhares de reais          |                |                       |                                  |
|-------------------------------|----------------|-----------------------|----------------------------------|
| Ativo                         | Valor Contábil | Ajuste de Valor Justo | Valor Justo na data da aquisição |
| Caixa e equivalentes de caixa | 393            | -                     | 393                              |
| Imobilizado                   | 15.571         | 1.665                 | 17.236                           |
| Intangível                    | 7              | 505                   | 512                              |
| Demais ativos                 | 914            | -                     | 914                              |
| <b>Total do ativo</b>         | <b>16.885</b>  | <b>2.170</b>          | <b>19.055</b>                    |
| Passivo                       | Valor Contábil | Ajuste de Valor Justo | Valor Justo na data da aquisição |
| Fornecedores                  | 495            | -                     | 495                              |
| Empréstimos e financiamentos  | 14.965         | 1.376                 | 16.341                           |
| Demais passivos               | 538            | -                     | 538                              |
| <b>Total do passivo</b>       | <b>15.998</b>  | <b>1.376</b>          | <b>17.374</b>                    |



**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

|  |       |
|--|-------|
| Total do ativo líquido   | 1.681 |
| Valor justo da contraprestação paga                              | 4.335 |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> ) | 2.654 |

**ii) Impacto das combinações de negócios**

As combinações de negócios de 2017 contribuíram com receita líquida de R\$ 2.180 mil e resultado de R\$ 486 mil da data de aquisição até 31 de dezembro de 2017 no resultado consolidado. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2017, as receitas líquidas consolidadas para este ano seriam aumentadas em R\$9.084 mil e o lucro líquido consolidado do exercício seria reduzido em R\$ 1.645 mil.

**iii) Custo da negociação**

A Companhia incorreu custo relacionados à aquisição no valor de R\$140 mil referentes a honorários advocatícios e custos de *Due Dilligence*, classificados em despesas administrativas da Companhia na demonstração do resultado.

**iv) Eventos ou operações não usuais**

Em 31 de agosto de 2016, a Movida, como parte do projeto de sua controladora, JSL S.A. de estruturar os negócios do seu grupo econômico, concluiu a transferência de ativos e passivos das unidades de negócios de locação de veículos pesados, máquinas e veículos leves com serviços agregados (motorista), que eram geridos pela controlada Movida GTF, para outras empresas do mesmo grupo econômico, através de cisão parcial.

O objetivo da referida operação foi readequar as suas linhas de negócios com a alocação dos ativos e passivos para as empresas que desenvolvem atividades correspondentes.

Abaixo demonstramos os valores das demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa das operações mantidas para distribuição aos acionistas em 31 de dezembro de 2017, após efetuada a referida reestruturação.

Demonstrações dos resultados:

Em milhares de reais

| Demonstrações dos resultados                                       | 31/12/2017      |
|--|-----------------|
| Receita líquida da prestação de serviços e da venda de ativos      | 30.561          |
| ( - ) Custo da prestação de serviços                               | (18.612)        |
| ( - ) Custo da venda de ativos                                     | (10.855)        |
| <b>( = ) Custo total</b>   | <b>(29.467)</b> |
| <b>( = ) Lucro bruto</b>   | <b>1.094</b>    |
| Despesas administrativas e comerciais                              | (7)             |
| Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas                | (11)            |
| <b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b> | <b>1.076</b>    |
| Receitas financeiras   | 20              |
| Despesas financeiras   | -               |
| <b>( = ) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b> | <b>1.096</b>    |
| Impostos e contribuições sobre o lucro                             | (373)           |
| <b>( = ) Lucro líquido do exercício</b>                            | <b>723</b>      |

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

Demonstrações dos fluxos de caixa:

Em milhares de reais

| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                  | <b>31/12/2017</b> |
|--|-------------------|
| Lucros antes do imposto de renda                                   | 1.096             |
| <b>Ajustes para:</b>   | <b>11.350</b>     |
| Depreciação / amortização  | 495               |
| Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços       | 10.855            |
| <b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>            | <b>12.446</b>     |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos                     |                   |
| <b>Redução em empréstimos e financiamentos, líquidos</b>           | <b>(3.585)</b>    |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento | (3.585)           |
| <b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>            | <b>8.861</b>      |

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As alterações ocorridas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão descritas no item (b) elencado logo abaixo.

**b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****1. Mudanças no exercício de 31 de dezembro 2019****1.1. CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil**

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas – ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

**i) Definição de arrendamento**

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na no explicativa 17.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos vigentes em 1º de janeiro 2019 e/ou aqueles firmados ou alterados após aquelas datas.

**Como arrendatário**

Como arrendatário, a Companhia arrenda imóveis e veículos. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos estão apresentadas no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

**ii) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17**

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis.

A Companhia não identificou indícios de que os ativos de direito de uso necessitassem de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, tais como:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

### iii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)/IAS 17

A Companhia arrenda imóveis e veículos e esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data.

#### A Companhia como arrendador

A Companhia arrenda seus veículos, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais.

A Companhia subarrendou algumas de suas propriedades. De acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, os ativos de direito de uso reconhecidos a partir dos arrendamentos são apresentados em propriedades para investimento e mensurados pelo valor justo nessa data. A Companhia avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia também celebrou um subarrendamento durante 2019, que foi classificado como arrendamento financeiro.

A Companhia não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento. As políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como arrendador não diferem daquelas do CPC 06(R1) / IAS 17.

A Companhia aplicou o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

### iv) Impacto nas demonstrações financeiras na transição.

Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019 estão apresentados a seguir:

| Ativo | Controladora            |   |                                 | Consolidado             |   |                                 |
|-------|-------------------------|---|---------------------------------|-------------------------|---|---------------------------------|
|       | Divulgado<br>31/12/2018 | Ajustes adoção CPC<br>06 (R2) / IFRS 16 | Valor ajustado<br>em 01/01/2019 | Divulgado<br>31/12/2018 | Ajustes adoção CPC<br>06 (R2) / IFRS 16 | Valor ajustado<br>em 01/01/2019 |

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

|   |                  |                |                  |                  |                |                  |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| <b>Total do ativo circulante</b>                | <b>568.254</b>   | <b>-</b>       | <b>568.254</b>   | <b>1.435.941</b> | <b>-</b>       | <b>1.435.941</b> |
| Imobilizado                                     | 88.155           | 231.095        | 319.250          | 3.647.351        | 142.013        | 3.789.364        |
| Outros ativos não circulantes                   | 2.527.741        | -              | 2.527.741        | 109.009          | -              | 109.009          |
| <b>Total do ativo não circulante</b>            | <b>2.615.896</b> | <b>231.095</b> | <b>2.846.991</b> | <b>3.756.360</b> | <b>142.013</b> | <b>3.898.373</b> |
| <b>Total do ativo</b>                           | <b>3.184.150</b> | <b>231.095</b> | <b>3.415.245</b> | <b>5.192.301</b> | <b>142.013</b> | <b>5.334.314</b> |
| <b>Passivo</b>                                  |                  |                |                  |                  |                |                  |
| Arrendamento mercantil a pagar                  | 1.407            | -              | 1.407            | 1.958            | -              | 1.958            |
| Arrendamento por direito de uso                 | -                | 101.817        | 101.817          | -                | 42.176         | 42.176           |
| Outros passivos circulantes                     | 436.968          | -              | 436.968          | 1.640.923        | -              | 1.640.923        |
| <b>Total do passivo circulante</b>              | <b>438.375</b>   | <b>101.817</b> | <b>540.192</b>   | <b>1.642.881</b> | <b>42.176</b>  | <b>1.685.057</b> |
| Arrendamento mercantil a pagar                  | 50               | -              | 50               | 303              | -              | 303              |
| Arrendamento por direito de uso                 | -                | 129.278        | 129.278          | -                | 99.837         | 99.837           |
| Outros passivos não circulantes                 | 1.086.883        | -              | 1.086.883        | 1.890.275        | -              | 1.890.275        |
| <b>Total do passivo não circulante</b>          | <b>1.086.933</b> | <b>129.278</b> | <b>1.216.211</b> | <b>1.890.578</b> | <b>99.837</b>  | <b>1.990.415</b> |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>              | <b>1.658.842</b> | <b>-</b>       | <b>1.658.842</b> | <b>1.658.842</b> | <b>-</b>       | <b>1.658.842</b> |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b> | <b>3.184.150</b> | <b>231.095</b> | <b>3.415.245</b> | <b>5.192.301</b> | <b>142.013</b> | <b>5.334.314</b> |

**1.2. CPC 22/IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários**

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem mensurar e reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde 1 de janeiro de 2019 e não foram identificados impactos relevantes referentes a referida interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

**2. Mudanças no exercício de 31 de dezembro 2018****2.1. CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente**

Os Diretores da Companhia concluíram que devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita, os seguintes critérios:

**i) Receita de prestação de serviços (locação de veículos)**

A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais.

**ii) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços**

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

**iii) Receita de juros**

A Companhia realizou um estudo do CPC 47 / IFRS 15, e durante essa análise os Diretores entenderem que parte dos valores anteriormente reconhecidos como receitas auferidas, por força da nova regra em vigor desde 1º de janeiro de 2018 deveriam ser reclassificados para o grupo de custos.

Os efeitos estão demonstrados na tabela a seguir:

|   | Consolidado             |  |                                 |
|---|-------------------------|--|---------------------------------|
|   | Divulgado<br>31/12/2017 | Ajustes adoção CPC 47 /<br>IFRS 15 (a) | Valor ajustado em<br>01/01/2018 |
| Receita líquida de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços | 2.467.983               | (66.470)                               | 2.401.513                       |
| ( - ) Custo das prestações de serviços  | (446.657)               | 66.470                                 | (380.187)                       |

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

|  |                    |   |                    |
|--|--------------------|---|--------------------|
| ( - ) Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços | (1.376.456)        | - | (1.376.456)        |
|  | <b>(1.823.113)</b> | - | <b>(1.756.643)</b> |
| <b>( = ) Lucro bruto</b>   | <b>644.870</b>     | - | <b>644.870</b>     |
| Despesas administrativas   | (74.257)           | - | (74.257)           |
| Despesas comerciais  | (244.624)          | - | (244.624)          |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas                  | (73.881)           | - | (73.881)           |
| Resultado de equivalência patrimonial                              | -                  | - | -                  |
| <b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b> | <b>252.108</b>     | - | <b>252.108</b>     |
| Receitas financeiras   | 55.887             | - | 55.887             |
| Despesas financeiras   | (217.682)          | - | (217.682)          |
| <b>( = ) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b> | <b>90.313</b>      | - | <b>90.313</b>      |
| Imposto de renda e contribuição social                             | (24.570)           | - | (24.570)           |
| <b>Lucro líquido das operações</b>                                 | <b>65.743</b>      | - | <b>65.743</b>      |
| <b>Operações descontinuadas</b>                                    |                    |   |                    |
| Resultado líquido das operações descontinuadas                     | 723                | - | 723                |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                  | <b>66.466</b>      | - | <b>66.466</b>      |

| Item  | Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos  | Natureza da mudança na política contábil  |
|---|---|---|
| (a) Reclassificação de reembolso de avarias, combustível e multas de trânsito | A Companhia por meio de suas controladas recebe a título de reembolso de seus clientes, valores para cobrir os custos incorridos com multas de trânsito, avarias e combustível. A Companhia não inclui margem de lucro nesse tipo de cobrança, não caracterizando uma obrigação de desempenho adicional.  | Tendo em vista que não existe uma promessa de entrega de serviço relacionada a esses reembolsos e também não há margem de lucro nessas cobranças, esses reembolsos devem ser demonstrados em linha redutora dos respectivos custos ou despesas de origem, pois não há uma obrigação de desempenho adicional nessa operação.   |
| (b) Programa de fidelidade  | A Companhia por meio de sua Controlada Movida RAC concede ao cliente benefícios futuros de serviços e acessórios ou cupons de descontos com parceiros comerciais por meio de programa de fidelidade.<br><br>A Companhia atua como principal quando há o resgate de seus próprios bens ou serviços e como agente quando o resgate é feito por produtos de terceiros. | De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a operação de programa de fidelidade se encaixa no conceito de obrigação de desempenho satisfeita em um momento específico no tempo, uma vez que a obrigação só é satisfeita no momento em que o cliente resgata os pontos. Em outras palavras, até que o cliente tenha escolhido os bens ou serviços a serem fornecidos (pela entidade ou terceiro) ou que os pontos tenham expirados, a entidade não pode satisfazer sua obrigação de desempenho.<br><br>A parcela relativa ao programa de fidelidade que é reconhecida no mesmo momento da locação, deverá ser diferida até o momento de sua realização que é o resgate dos pontos, ou quando os pontos expiram.<br><br>Além disso, reconhecendo sua atuação como agente, no que diz respeito a troca de pontos por descontos em empresas terceiras, a Companhia reconhecerá como receita, somente a parcela referente à taxa ou comissão que a entidade recebe desses terceiros pelo fornecimento dos serviços. |

**2.2. CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

A Companhia realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e os Diretores optaram por classificar seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada do CPC 48 / IFRS 9.

- i) **Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado**  
As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria.
- ii) **Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado**  
O saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e outros ativos que anteriormente estavam classificados como “empréstimos e recebíveis” e o valor contábil era mensurado pela taxa efetiva de juros, foram avaliados. Os modelos de negócios cujo objetivo é obter retorno dos juros e principal de acordo com o IFRS 9 / CPC 38 foram classificados como custo amortizado.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Na data da adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, os instrumentos financeiros da Companhia eram os seguintes:

Em milhares de reais

| Ativo Financeiro  | Consolidado                       |                                |                                   |                                |
|---|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
|   | Saldos em 31/12/2017              |                                | Saldos em 01/01/2018              |                                |
|   | Mensuração CPC 38 / IAS 39        | Valor contábil CPC 38 / IAS 39 | Mensuração CPC 48 / IFRS 9        | Valor contábil CPC 48 / IFRS 9 |
| Caixa e equivalentes de caixa                           | Empréstimos e recebíveis          | 8.261                          | Custo amortizado                  | 8.261                          |
| Títulos e valores mobiliários -LFT, LTN, outros títulos | Valor justo por meio do resultado | 775.348                        | Valor justo por meio do resultado | 775.348                        |
| Contas a receber  | Empréstimos e recebíveis          | 160.449                        | Custo amortizado                  | 160.449                        |
| Partes relacionadas                                     | Empréstimos e recebíveis          | 1.386                          | Custo amortizado                  | 1.386                          |
| Outros créditos   | Empréstimos e recebíveis          | 914                            | Custo amortizado                  | 914                            |

A adoção inicial dos efeitos dos novos pronunciamentos foram contabilizados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, conforme permitidos por esses pronunciamentos.

Os efeitos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 e do CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

Em milhares de reais

|   | Consolidado          |                                    |                                     |                              |
|---|----------------------|------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------|
|   | Divulgado 31/12/2017 | Ajustes adoção CPC 48 / IFRS 9 (a) | Ajustes adoção CPC 47 / IFRS 15 (b) | Valor ajustado em 01/01/2018 |
| <b>ATIVOS</b>   |                      |                                    |                                     |                              |
| Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras                       | 783.609              | -                                  | -                                   | 783.609                      |
| Contas a receber  | 226.644              | -                                  | -                                   | 226.644                      |
| (-) Perdas esperadas ( <i>impairment</i> ) de contas a receber              | -68.723              | -23.510                            | -                                   | -92.233                      |
| Ativo imobilizado disponibilizado para venda                                | 170.849              | -                                  | -                                   | 170.849                      |
| Outros ativos circulantes   | 48.959               | -                                  | 606                                 | 49.565                       |
| <b>Total dos ativos circulantes</b>   | <b>1.161.338</b>     | <b>(23.510)</b>                    | <b>606</b>                          | <b>1.138.434</b>             |
| Realizável a longo prazo  | 3.361                | -                                  | -                                   | 3.361                        |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos                           | 18.410               | -                                  | -                                   | 18.410                       |
| Investimentos   | -                    | -                                  | -                                   | -                            |
| Imobilizado e intangível  | 2.823.361            | -                                  | -                                   | 2.823.361                    |
| <b>Total dos ativos não circulantes</b>                                     | <b>2.845.132</b>     | <b>-</b>                           | <b>-</b>                            | <b>2.845.132</b>             |
| <b>Total dos ativos</b>   | <b>4.006.470</b>     | <b>-23.510</b>                     | <b>606</b>                          | <b>3.983.566</b>             |
| <b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  |                      |                                    |                                     |                              |
| Fornecedores e risco sacado   | 944.831              | -                                  | -                                   | 944.831                      |
| Empréstimos e financiamentos  | 215.776              | -                                  | -                                   | 215.776                      |
| Debêntures  | 321.943              | -                                  | -                                   | 321.943                      |
| Arrendamentos financeiros a pagar   | 57.140               | -                                  | -                                   | 57.140                       |
| Outros passivos circulantes   | 76.087               | -                                  | 313                                 | 76.400                       |
| <b>Total dos passivos circulantes</b>                                       | <b>1.615.777</b>     | <b>-</b>                           | <b>313</b>                          | <b>1.616.090</b>             |
| Empréstimos e financiamentos  | 632.458              | -                                  | -                                   | 632.458                      |
| Debêntures  | 398.016              | -                                  | -                                   | 398.016                      |
| Arrendamentos financeiros a pagar   | 6.938                | -                                  | -                                   | 6.938                        |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                            | 64.990               | -7.993                             | 100                                 | 57.097                       |
| Outros passivos circulantes   | 3.451                | -                                  | -                                   | 3.451                        |
| <b>Total dos passivos não circulantes</b>                                   | <b>1.105.853</b>     | <b>-7.993</b>                      | <b>100</b>                          | <b>1.097.960</b>             |
| Capital social  | 1.177.581            | -                                  | -                                   | 1.177.581                    |
| Reservas de capital   | 50.443               | -                                  | -                                   | 50.443                       |
| Reservas de lucros  | 56.816               | -15.517                            | 193                                 | 41.492                       |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>  | <b>1.284.840</b>     | <b>-15.517</b>                     | <b>193</b>                          | <b>1.269.516</b>             |
| <b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>                           | <b>4.006.470</b>     | <b>-23.510</b>                     | <b>606</b>                          | <b>3.983.566</b>             |
| <b>(a) Contabilização do <i>impairment</i> de contas a receber</b>          |                      |                                    |                                     |                              |
| Perdas esperadas  |                      |                                    |                                     | (23.510)                     |
| IRPJ e CSLL diferidos   |                      |                                    |                                     | 7.993                        |
| <b>Efeito no patrimônio líquido</b>   |                      |                                    |                                     | <b>(15.517)</b>              |
| <b>(b) Programa de fidelidade e capitalização de comissões sobre vendas</b> |                      |                                    |                                     |                              |
| Programa de fidelidade  |                      |                                    |                                     | (313)                        |
| Capitalização de comissões sobre vendas                                     |                      |                                    |                                     | 606                          |
| IRPJ e CSLL diferido  |                      |                                    |                                     | (100)                        |
| <b>Efeito no patrimônio líquido</b>   |                      |                                    |                                     | <b>193</b>                   |
| <b>Efeito total no patrimônio líquido</b>                                   |                      |                                    |                                     | <b>(15.324)</b>              |

### 3. Mudanças no exercício de 31 de dezembro 2017

#### 3.1. Crédito de PIS e COFINS

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

A partir de 01 de janeiro de 2017, a Movida passou a apresentar os créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos crédito e despesas. Em 2016 os créditos eram apresentados líquidos na linha deduções das receitas com vendas de produtos e serviços.

**c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017 não contém ressalvas e ênfases.



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia informam que mantém a prática da revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as incluídas na legislação societária, nos pronunciamentos técnicos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, International Financial Reporting Standards (“IFRS”), e aprovada pela CVM.

Portanto, informam que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício e potenciais alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

Os Diretores da Companhia informam que julgamentos, estimativas e premissas contábeis a seguir apresentados são significativas:

- i) Imobilizado, os Diretores utilizam premissas em relação a definição do valor residual, da vida útil e direitos de uso;
- ii) Provisão para demandas judiciais e administrativas, os Diretores estimam a probabilidade do risco de perda e a magnitude das saídas de recursos;
- iii) Veículos destinados a venda, os Diretores estimam o valor justo desses veículos;
- iv) Reconhecimento de impostos diferidos ativos, os Diretores verificam a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual os prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- v) Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis e ágio, os Diretores utilizam as premissas em relação a definição da taxa de desconto (WACC), taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de crescimento estimado para o LAJIDA;
- vi) Perdas esperadas (*impairment*) e contas a receber, os Diretores utilizam premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. Natureza e o propósito da operação
- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não existem ativos ou passivos que não são evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****(a) Investimentos**

Os recursos provenientes da oferta pública subsequente de ações de emissão da Companhia serão destinados para realizar investimentos em compras de novos carros, melhorar a estrutura de capital e em inovação e tecnologia.

**(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores da Companhia informam que foram investidos R\$3.629,3 milhões adições em imobilizados em 2019, sendo (i) R\$693,2 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$1.135,2 milhões em frota e R\$2,2 milhões em novos pontos; e (ii) R\$2.380,9 milhões adicionais em renovação de frota, além de outros investimentos.

Neste sentido, os Diretores da Companhia esclarecem que a maior parte do plano de investimentos da Companhia incluiu a expansão e renovação de ativos móveis, basicamente veículos leves.

**(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia utiliza-se de prazo com os fornecedores – montadoras, linhas de capital de giro e emissões de valores mobiliários no mercado nacional, recursos próprios e em menor escala o *leasing* financeiro para a aquisição dos ativos móveis.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Com o objetivo de estruturar os negócios do grupo, a administração da Companhia aprovou uma reestruturação societária com a transferência de ativos e passivos da unidade de negócio de pesados e logística, que estavam na Movida GTF, para outras empresas do mesmo grupo econômico através de cisão parcial. Para mais informações, veja o item 15.7 deste Formulário de Referência.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não aplicável à Companhia.

**(c) Novos produtos e serviços**

Não aplicável à Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não foram identificados outros fatores não mencionados nesta seção que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.